



ADFA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIX n.º 217

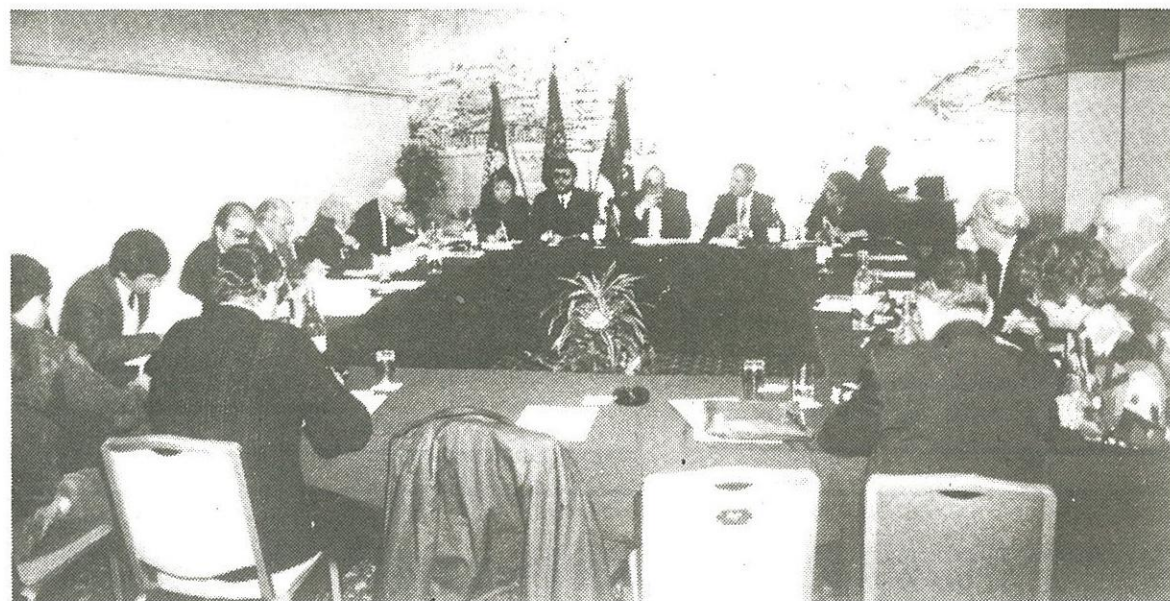
DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Janeiro 1993 — 110\$00



- **General CEMGFA recebe ADFA e face à cíclica dificuldade na atribuição de ajudas técnicas aos deficientes militares, apoia a nossa posição**

- **Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa em visita à nova Sede considera reestruturação do Lar Militar e apoia criação de oficina ortoprotésica em Lisboa**



- **FMAC**
 - Reúne em Lisboa Comissão Preparatória da VI Conferência Internacional sobre Legislação
 - Intervem na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

VIDA ASSOCIATIVA

- **Realizam-se em Fevereiro as Assembleias-Gerais de Delegação**
- **Órgãos Sociais Centrais e sócios de Lisboa entendem maior período de reflexão sobre Revisão Estatutária**

— 2 MAR/18H30 — Sede: comparece a reunião associativa do maior interesse—



ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes que, como é normal no início de cada ano, foi alterado o preço de assinatura do nosso jornal, passando este a ser de 1100\$00/ano (onze números), enquanto o preço de capa é fixado em 110\$00.

Agradece-se, pois, o respectivo pagamento, o qual pode ser feito pessoalmente na Sede ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio emitidos em nome da ADFA e dirigidos a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 LISBOA CODEX

Tabela de publicidade

Do mesmo modo, foi também alterada a tabela de publicidade no ELO, a qual passa a ser a seguinte:

| | |
|----------|------------|
| 1 página | 80 000\$00 |
| 1/2 pág. | 46 000\$00 |
| 1/4 pág. | 26 000\$00 |
| 1/6 pág. | 16 500\$00 |

Outros tamanhos poderão, eventualmente, ser considerados.

Contratos a longo prazo (mínimo 6 meses/ano), poderão ser negociados.

Todos os anúncios estão sujeitos a IVA à taxa de 16%.

Pequenos anúncios de sócios e de trabalhadores deverão ser entregues, para análise caso a caso, à Direcção do jornal, até ao dia 15 do mês em que se pretende a publicação.

CONVOCATÓRIA

REUNIÃO DE SÓCIOS NA SEDE

Convocam-se os associados da área de Lisboa, e todos os que eventualmente queiram aparecer, para uma reunião de trabalho na Sede, no próximo dia 2 de Março, pelas 18H30, sendo pontos para análise os seguintes:

- informações gerais pela Direcção Central;
- relações internacionais;
- próximos Conselho Nacional e Assembleia Geral Nacional Ordinária;
- revisão estatutária.

**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**

BRAGANÇA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Bragança, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 27 de Fevereiro de 1993, pelas 10H00, na sua sede, sita no B.º Fomento da Habitação, 20 r/c, em Bragança, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1992;
 - b) Outras informações.
- 20 de Janeiro de 1993

O Presidente da M.A.G.D.
António Eugénio Fernandes

SETÚBAL ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Setúbal, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 13 de Fevereiro de 1993, pelas 14H30, na sua sede, sita na Rua Almeida Garrett, 70, em Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1992;
 - b) Outras informações.
- 28 de Janeiro de 1993

O Presidente da M.A.G.D.
José da Silva Pinto Faria

ÉVORA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Évora, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 13 de Fevereiro de 1993, pelas 09H30, na sua sede, Rua dos Deficientes das Forças Armadas, edifício do DRM, em Évora, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1992;
 - b) Outras informações.
- 13 de Janeiro de 1993

O Presidente da M.A.G.D.
Inácio Augusto Carmelo Grazina

UISEU ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Viseu, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 13 de Fevereiro de 1993, pelas 14H30, na sua sede sita na Rua José Brantinho, edifício dos Bombeiros Voluntários, ala B, 4.º dt.º, em Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1992;
 - b) Debate sobre o trabalho apresentado por quatro Delegações sobre revisão estatutária;
 - c) Ratificação da saída de um membro dos Órgãos;
 - d) Outras informações.
- 12 de Janeiro de 1993

O Presidente da M.A.G.D.
António Pais Ferreira

FARO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Faro, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 19 de Fevereiro de 1993, pelas 18H00, na sua sede, sita na Rua de S. Pedro, n.º 30, em Faro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1992;
 - b) Outras informações.
- 7 de Janeiro de 1993

O Presidente da M.A.G.D.
José António Pereira dos Santos Morte

COIMBRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 27 de Fevereiro de 1993, pelas 14 horas, na sua Sede, sita na Av. Fernão de Magalhães, 429 -A, 6.º ft, em Coimbra com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1992;
- b) Outras informações

5 de Fevereiro de 1993

O Presidente da M.A.G.D.
Joaquim Alberto Padilha de Oliveira

Quotas: adere ao novo sistema!



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)



Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

No passado dia 21, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas recebeu, no seu gabinete, a ADFA, na ocasião representada pelos Presidente, 1.º e 2.º secretários da Direcção Central, tendo sido debatidas diversas questões, das quais salientamos algumas, pelo seu maior interesse.

Nova Sede, fazendo-se ponto da situação dos trabalhos e dos apoios financeiros para a conclusão da obra, foi também reforçado o convite para uma visita conjunta do CEMGFA e dos Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos, o qual, tendo já sido aceite, aguarda oportunidade de concretização.

Assistência médica e protésica, sobre o que foram indicadas, mais uma vez, e com firmeza algumas dificuldades que se vêm mantendo, mau grado a permanente disponibilidade da Direcção do HMP para a sua resolução, o que mais evidencia a falta de sensibilidade e o excesso de burocracia por parte de alguns dos vários intervenientes, tendo manifestado o general Soares Carneiro a sua estranheza por estes problemas continuarem a chegar ao seu conhecimento, por ciclicamente repetidos. A ADFA evidenciou a vontade, por parte do Director do HMP, na rápida instalação do «Gabinete do Utente», o qual poderá, sem dúvida, vir a constituir-se num factor de moderação, orientação e implementação de soluções que satisfaçam, a um tempo, os interesses públicos e os que são inalienáveis aos deficientes militares.

Sobre esta questão, foi solicitado o empenhamento pessoal do general Soares Carneiro no sentido de ser convocada uma reunião conjunta das diversas entidades e serviços ligados às áreas da assistência médica e ortoprotésica, com a presença da Associação, a fim de serem aplanadas definitivamente as dificuldades sempre surgidas e que têm causado excessivas transbordamentos físicos, morais e ainda materiais, aos associados da ADFA, muito em especial os portadores de grandes deficiências.

Falando-se do Lar Militar, a ADFA expôs a sua posição, tendo ainda em conta a proximidade com a nova Sede, de que tal estrutura, criada para os deficientes militares, deve, na sua plenitude, começar a abarcar, devido às suas excepcionais condições em matéria de reabilitação, toda a

respeito, quer no campo do agravamento das deficiências e/ou no do avançar da idade, numa intervenção dinâmica que lhes poderá proporcionar todo o apoio, quer em matéria de recuperação física ou protésica, o que viria a promover eficácia e operacionalidade no atendimento tanto aos deficientes da área de Lisboa como aos que se deslocam à capital e que necessitariam de permanência para colocação e adaptação das diversas ajudas técnicas, evitando-se, deste modo, a ocupação de camas nos hospitais militares e, por vezes, numerosas e caras viagens.

Sobre **relações internacionais**, foi o general CEMGFA informado de que se realizaria, em Lisboa, de 28 a 30 do mês em curso, a reunião preparatória da VI Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, a qual, por sua vez, terá lugar na capital portuguesa no mês de Março de 1994, tendo-lhe sido ainda indicado o empenho e apoio do Governo na realização de tal evento, que fará deslocar ao nosso país organizações de antigos combatentes, representantes governamentais e entidades militares de todo o Mundo.

Ainda neste ponto, foram dadas informações sobre as últimas envolvências e contactos havidos com as associações irmãs que integram a União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Em relação à nossa **Tipografia-Escola**, indicou-se a disponibilidade da ADFA em incrementar aqueles serviços, com base na proposta já feita de transferência de instalações, em edifício pertença do Estado-Maior do Exército, cuja prevista cedência agradaria à Associação.

Finalmente, foram apre-

sentadas questões relativas a **legislação**, muito em especial no respeitante à participação de medicamentos aos reformados e seus familiares, que se pretende

extensível a todos os deficientes militares, e também à acumulação de pensões militares com as de prestação de serviço na função pública.

HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

Também no dia 21, deslocaram-se ao HMP, onde foram recebidos pelo seu Director, o Presidente da Direcção Central e o responsável pelo curso de informática para cegos que presentemente decorre na Sede, capitão António Neves, no intuito principal de melhor informar o coronel médico Eduardo Mota sobre o interesse deste tipo de acção de formação, o qual já anteriormente havia sido objecto, por parte da ADFA, de uma exposição tendente à sensibilização dos diversos serviços do HMP para o facto de as «ajudas técnicas» consideradas nos n.ºs 9 e 10 do art.º 4.º do DL 43/76, em face do avanço das novas tecnologias, deverem abarcar, tal como o fornecimento de próteses, o apoio em material informático para todos aqueles que, pelas características da sua deficiência, passam a ter acesso quer à informação quer à escrita, logo que reconhecidamente estejam aptos à sua utilização e que daquele façam uso.

Foram também, no âmbito das trocas de informação periódicas, abordadas algumas situações relativas à assistência médica e protésica, produto, em grande parte, de problemas burocrático/administrativos, evidenciando-se, uma vez mais, a premente necessidade da criação de condições para a implementação, naquela unidade hospitalar, de um gabinete que fazendo a ligação entre o deficiente militar, o hospital e a ADFA, permitia uma maior eficácia e rapidez no atendimento e fornecimento de ajudas técnicas, além da imprescindível dignidade e humanidade com que aquele deve ser encarado.

O dr. Eduardo Mota anunciou, então, que já se encontra em fase adiada de preparação o espaço físico onde o «gabinete do utente» irá funcionar, o que facultará que, num futuro bastante breve, o major Silvério Rodrigues, para tal estrutura indigitado pelo EME, possa, ainda que a tempo parcial, iniciar o respectivo trabalho.

Secretário-Geral da AACLLN

Embora de visita particular ao nosso país, não quis deixar o general Bonifácio Gruveta Massamba, secretário-geral da Associação de Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, de Moçambique, de visitar a nossa Associação, tendo sido recebido na sede pelos Presidente e 1.º Secretário da Direcção Central, os quais, após uma primeira troca de impressões e informações, se fizeram acompanhar pelos responsáveis dos diversos serviços, numa reunião que embora informal deu a conhecer melhor ao nosso visitante a realidade e actividade da ADFA, tendo o mesmo, por sua parte, e muito claramente, esclarecido sobre a actual situação daquele país irmão, designadamente no que se refere aos antigos combatentes e às enormes dificuldades, por vezes desesperadas, por que passam as populações, em especial as crianças e os deslocados.

O general Gruveta Massamba salientou com que

bom grado se aceitaria, neste momento, em Moçambique, que no nosso país se levasse a efeito uma ampla campanha de recolha de vestuário e de brinquedos, ainda que já utilizados, «porque sempre é melhor ter roupa usada a não ter nada». (*)

Depois de os responsáveis pela ADFA e pela AACLLN terem abordado a implementação de futuros projectos de cooperação, quer a nível bilateral quer integrando as organizações congéneres de Angola e da Guiné-Bissau e a interligação de ideias na vertente mundial da FMAC, terminou esta visita por uma passagem pelos diversos departamentos da Sede.

(*) Conforme ELO já havia proposto aquando do lançamento da campanha «Emergência Moçambique» (ELO/OUT 90), poderemos agora vir a ter possibilidades de dar resposta concreta a esta campanha, esperando, em próximo número, informar das medidas a tomar para tal.

EDITORIAL



Inicia-se mais um ano da nossa convivência associativa em que o trabalho a perspectivar e executar, diversificado e amplo, só tem capacidade de sucesso ao alicerçar-se nos nossos 18 anos de história, os quais nos demonstram que a verdade é a ADFA e a necessidade de garantir sempre o seu reforço e continuidade, em suporte no empenhamento e dedicação dos seus associados.

Mais um momento se avizinha em que a realidade do já tão rico tempo vivido deve constituir-se em manifestação participada da nossa vontade individual e colectiva, nas Assembleias Gerais de Delegação, no Conselho Nacional e na Assembleia Geral Nacional, embriões da dinâmica de mudança que deverá ser tão espiritual quanto física, embora reconhecedora do passado, e que terá expressão máxima no acto eleitoral que este ano se realizará e na tão esperada transferência para a nova Sede.

É necessário que nos envolvamos todos, e dedicadamente, nas actividades associativas que permitirão o aprofundar de reflexão sobre a Revisão Estatutária, cuja envolvência é momento ímpar para a revitalização da intervenção e coesão de todos nós, tal como a entrega e debate a todas as questões de reivindicação legislativa que suportem a defesa dos direitos já conseguidos, fomentem a publicação de mais diplomas que os reforcem e ampliem ao mais alargado número de deficientes e suas famílias, pelo que ninguém pode ficar alheio aos benefícios individuais que poderão ser alcançados com base em toda a matéria jurídico-legislativa que envolverá, organizada pela ADFA, a VI Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

Estamos verdadeiramente esperançados que os processos de democratização e pacificação nos países de Angola e de Moçambique se consolidem, em primeira instância no sentido do irrecusável direito à vida, à dignidade e à felicidade dos seus povos, para que, com objectividade e realismo, possamos estabelecer e desenvolver projectos de cooperação com as respectivas organizações de antigos combatentes.

É, no entanto, fundamental que todos, elementos eleitores e sócios em geral, não nos deixemos adormecer à sombra do que parece muito e já foi conseguido. Na realidade, quase duas décadas de vida e de conquistas demonstram-nos apenas que ainda nem metade da subida da montanha se encontra efectuada, sabendo-se que a parte mais dura é a que nos aproxima do cume; os caminhos tornam-se mais difíceis, sinuosos e escarpados, e a única forma de os vencer com sucesso é um grande trabalho de equipa, envolvência de todos na crença, pela força de vontade, na obtenção do bom resultado final.

A Direcção Central



Participando
construímos
o futuro

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS

FMAC

SSFA

— Caixa económica

Concessão de empréstimos em 1993

Através da Circular n.º 26 P.º 571, são dadas a conhecer as «Normas para a concessão de empréstimos normais, a vigorar em 1993», sendo os mesmos, considerados a curto e médio prazo, destinados a satisfazer carências ocasionais dos beneficiários, sendo classificados, de acordo com os motivos alegados, em 1.ª prioridade (pagamento, total ou parcial, de bens e serviços, nomeadamente tratamentos, artigos, internamentos, intervenções cirúrgicas ou transportes utilizados como resultado de doença ou acidente, que não sejam inteiramente comparticipados pelas ADMs ou por outros sistemas de assistência na doença, assim como, por equiparação, encargos com funerais que excedam os quantitativos abrangidos pelos esquemas legais); 2.ª prioridade (encargos resultantes de situações graves, tais como inundações, incêndios ou outros, e que não estejam cobertos pelo seguro, bem como carências surgidas inopinadamente ou por acumulação, mas a solucionar a curto prazo, revestindo-se de carácter de absoluta indispensabilidade, nomeadamente quando determinadas por imperiosa necessidade de adaptação a situações decorrentes da terceira idade ou de incapacidades físicas, estando excluídas despesas resultantes de empréstimos hipotecários para construção ou aquisição de habitação própria e grandes obras de remodelação, assim como situações de âmbito penal, fiança ou caução), e 3.ª prioridade (despesas várias abrangendo diversos casos, tais como reparações e/ou beneficiações em habitação, bens essenciais de uso doméstico, material escolar, reparação de viaturas, foro judicial, casamentos e baptizados, escrituras para aquisição de casa própria, etc.), sendo ainda possível a análise de outros pedidos que não se enquadrem directamente nos anteriores.

De montante até 500 contos (1.ª prioridade), 350 contos (2.ª) e variável entre 300 e 230 contos (3.ª), com pagamento máximo em 24 prestações (excepcionalmente, conforme vencimento-base, em 36), os pedidos serão ainda analisados em razão de um sistema próprio de pontuação, o qual refere possibilidades financeiras, antiguidade de beneficiário dos SSFA e número de empréstimos já usufruídos.

Para mais informações, os interessados deverão dirigir-se ao respectivo serviço, podendo, também, consultar na Sede e Delegações da ADFA o documento acima indicado.

— 3.ª Repartição

Calendário de actividades sociais — férias e repouso — para 1993

Tal como em anos anteriores, informamos seguidamente os nossos leitores do calendário de utilização, e inscrição, nas diversas actividades sociais dos SSFA, chamando a atenção dos interessados para o rigoroso cumprimento dos prazos indicados:

— Centro de Recuperação de Porto Santo

23 turnos de 2 semanas, decorrendo o primeiro a 08/22 Jan (A*), o segundo de 22 Jan a 5 Fev (B*) e assim continuando (3.º — 5/19 Fev/A; 4.º — 19 Fev/5 Mar/B; 5.º — 5/19 Mar/A; 6.º — 11 Mar/2 Abr/B; 7.º — 2/16 Abr/A; 8.º

— 16/30 Abr/B; 9.º — 30 Abr/14 Mai/A; 10.º — 14/28 Mai/B; 11.º — 28 Mai/11 Jun/A; 12.º — 11/25 Jun/B; 13.º — 25 Jun/09 Jul/A; 14.º — 09/23 Jul/B; 15.º — 23 Jul/6 Ago/A; 16.º — 6/20 Ago/B; 17.º — 20 Ago/3 Set/A; 18.º — 3/17 Set/B; 19.º — 17 Set/1 Out/A; 20.º — 1/15 Out/B; 21.º — 15/29 Out/A e 22.º — 29 Out/12 Nov/B), até ao último que decorre de 12 a 26 Nov (A), devendo as inscrições serem feitas 4 meses antes do período pretendido.

Dois notas: as datas de início e fim de turno não são definitivas, dependendo da TAP; os SSFA reservam-se o direito de não efectuar turnos, desde que o quantitativo de beneficiários não o justifique.

— Colónias de férias de agregados familiares no

COSFA

Turnos de 14 dias, a iniciar o primeiro em 1 de Julho (até 15 Nov/A); 2.º — 16/30 Jul/B; 3.º — 02/16 Ago/A; 4.º — 17/31 Ago/B; 5.º — 1/15 Set/A e 6.º — 16/30 Set/C, todos com inscrição até 28 de Fevereiro.

— Colónia de férias infantil — Forte das Maias (Oeiras)

Cinco turnos (1.º — 30 Jun/14 Jul/D; 2.º — 16/30 Jul/E; 3.º — 1/15 Ago/F; 4.º — 17/31 Ago/E e 5.º — 2/16 Set/F), com inscrição até 8 de Abril.

— Centro de Repouso do Lar de Veteranos Militares (Runa)

Turnos de 14 dias, o 1.º de 8/22 Mar e o último (17.º) de 28 Nov/10 Dez (2.º — 24 Mar/7 Abr; 3.º — 08/22 Abr; 4.º — 26 Abr/10 Mai; 5.º — 12/26 Mai; 6.º — 28 Mai/11 Jun; 7.º — 14/28 Jun; 8.º — 01/15 Jul; 9.º — 19 Jul/02 Ago; 10.º — 4/18 Ago; 11.º — 20 Ago/3 Set; 12.º — 6/20 Set; 13.º — 22 Set/6 Out; 14.º — 8/22 Out; 15.º — 25 Out/8 Nov; 16.º — 10/24 Nov), todos eles permitindo uma sessão de banhos de tratamento nas termas dos Cucos, a 4 km de distância.

Inscrições até ao dia 15 do mês anterior ao início do turno.

— Centro de repouso para idosos e reformados da COSFA

Treze turnos de 13 dias (1.º — 10/23 Mar; 2.º — 24 Mar/6 Abr; 3.º — 7/20 Abr; 4.º — 21 Abr/4 Mai; 5.º — 05/18 Mai; 6.º — 02/15 Jun; 7.º — 16/29 Jun; 8.º — 01/14 Out; 9.º — 15/28 Out; 10.º — 29 Out/11 Nov; 11.º — 12/25 Nov; 12.º — 26 Nov/9 Dez e 13.º — 10/23 Dez), com inscrições até ao dia 15 do mês anterior ao início.

(*) Notas

- A — Sargentos e praças ou equiparados;
- B — Oficiais ou equiparados;
- C — Misto (de A e B);
- D — Misto (rapazes e raparigas, idades entre os 6 anos completos e os 9 incompletos, reportados a 30 Jun 93);
- E — Rapazes (entre os 9 anos completos e os 14 incompletos, idem);
- F — Raparigas (entre os 9 anos completos e os 13 anos incompletos, idem).

As datas limites de inscrição apontadas referem a entrada dos boletins na 3.ª REP.

Os sócios da ADFA beneficiários dos SSFA têm, quer na Sede quer nas Delegações, mais informações à sua disposição, assim como os respectivos boletins de inscrição, os quais devem ser enviados directamente para: 3.ª REP/SSFA — Rua Pedro Nunes, 8 — 1000 LISBOA.

Reunião, em Lisboa, da sua Comissão Preparatória

Programada a sua realização para Lisboa, durante o mês de Março de 1994, conforme ELO já informou, teve lugar, também na nossa capital, nos dias 28, 29 e 30 deste mês, a primeira reunião da Comissão Preparatória da VI Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, a qual trará ao nosso país várias centenas de delegados de organizações nacionais e internacionais e de representantes de Governo, assim como elementos das respectivas Forças Armadas de todo o Mundo.

Dado tratar-se de uma área de extrema sensibilidade, a par da enorme actualidade de que se reveste a maior parte das questões nela abrangidas, é com grande expectativa que é aguardado este encontro de Lisboa, não só pelos antigos (e mesmo os actuais) combatentes, pelas vítimas de guerra e pelas suas organizações representativas, como também por diversos organismos mundiais ligados à causa dos Direitos Humanos, nomeadamente as Nações Unidas e algumas das suas Comissões especializadas, por exemplo a UNICEF e o Alto Comissariado

das Mulheres, EUA; Kal Tichy, vice-presidente honorário da FMAC, Holanda; Philip Dixon, Presidente do Conselho Geral, Reino Unido; Esko Kosunen, Tesoureiro-geral, Finlândia, D. Ernst, representante da FMAC junto das Nações Unidas/Viena, Áustria e Martine Fort, Directora-executiva, França), a que se juntaram um representante das associações polacas e três elementos da ADFA, tendo ainda estado presente o Adjunto do Secretário de Estado das Infra-estruturas e Tecnologias de Defesa, em representação do Ministério da Defesa Nacional, e as Presidente Nacional e Directora de Informação do Comité Português da UNICEF.

Embora tendo tido acesso aos trabalhos, não pode o ELO, dado o carácter preparatório da reunião e provisório, até sua concretização e informação junto das associações membros, das decisões tomadas, divulgar o seu conteúdo, podendo, no entanto, noticiar que as questões de maior melindre se prenderam com o que deverá vir a ser a definição e abrangência do conceito de «vítima de guerra», assim como da forma processual que conduzirá à atribuição



para os Refugiados. É que, como infelizmente todos nós sabemos, o Mundo assiste a um aterrador recrudescimento de violência, de intolerância e de extremismo, que põe em causa, para além de ter destruído a agora utópica «nova ordem mundial», todos os sistemas de protecção, apoio e auxílio às novas vítimas de guerra, não existindo, numa enorme percentagem de países, definição e legislação adequada a uma população que é hoje constituída na sua maioria por civis, especialmente crianças e mulheres.

Destinando-se esta reunião preparatória a discutir não só os aspectos de organização em si, como também a delinear já a respectiva «Agenda» de trabalhos, difícil e exaustivo foi o trabalho que, sob a direcção do Presidente da ADFA e Presidente da CPAE, José Arruda e coordenação do Secretário-Geral da FMAC, Serge Wourgaft tiveram os componentes da Comissão (June Willenz, Presidente da Comissão Permanente

desse estatuto, face não só ao aparecimento de cada vez mais civis nessa situação, como também à enorme dificuldade quer política em conseguir uma igualdade de tratamento no caso dos conflitos regionais (guerras civis), quer financeira em alargar ao máximo os esquemas materiais de auxílio e compensação. Convém recordar que as conclusões da conferência, transformadas em «Recomendações», serão enviadas a todos os Governos, e não só os representados, no sentido de se procurar estender ao maior número de países uma legislação que se pretende o mais uniforme possível, sem que isso diminua direitos já adquiridos por alguns.

Em relação propriamente à organização da Conferência, notou-se um particular interesse, por parte de todos os participantes, em que se encontrasse forma de a ela poder estar presente o maior número possível de países e de delegações, muito em especial aqueles/aquelas com

(Continua na pág. 5)

Aplicação da nova estrutura indiciária e desbloqueamento do 3.º escalão

Sobre esta matéria ELO recebeu a seguinte informação do DAJAS/Dep. de Apoio Jurídico e Administrativo aos Sócios:

1.º — nos termos do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 307/91 (17 AGO), foi criada a nova estrutura indiciária para os militares do Quadro Permanente, a qual produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1992, após o desbloqueamento do 3.º escalão, sendo a mesma extensiva aos Deficientes das Forças Armadas;

2.º — com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/92 (28 MAI), foram estabelecidas as regras do terceiro desbloqueamento de escalões, em conformidade com a alínea c) do n.º 2 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 57/90 (14 FEV);

3.º — dado o atraso na actualização das pensões, de acordo com o novo índice e o terceiro desbloqueamento, tem vindo a Direcção Central a efectuar vários contactos junto da Caixa, numa tentativa de acelerar o processo;

4.º — em resposta a um nosso fax, fomos informados, em comunicação de 21 de Janeiro, da Caixa Geral de Aposentações, de que só se poderá efectuar a actualização das pensões depois de ser completado o processo que envolve os 1.º e 2.º escalões, o que se prevê possa ocorrer em Fevereiro;

5.º — entretanto, também se tem vindo a manter contactos junto dos respectivos Serviços dos 3 Ramos das Forças Armadas, no sentido de estes fazerem chegar à Caixa as listagens de posicionamento dos interessados, face ao terceiro desbloqueamento;

6.º — nestes termos, o aumento das pensões de acordo com a nova situação só deverá, possivelmente, ser efectuada a partir de Março próximo, após a devolução das listagens enviadas aos 3 Ramos.

IMPOSTO DO SELO SOBRE VEÍCULOS

Tendo sido publicada no Diário da República-II Série, de 2FEV93, a tabela actualizada do «Imposto Municipal sobre veículos», automóveis a mesma se transcreve para conhecimento dos nossos leitores:

| Grupos | Automóveis | | Movidos a electricidade — Voltagem total | Imposto anual segundo a antiguidade do automóvel | | |
|--------|--|---|--|--|---|--|
| | Combustível utilizado | | | até 6 anos — 1.º escalão | Mais de 6 anos até 12 anos — 2.º escalão | Mais de 12 anos até 25 anos — 3.º escalão |
| | Gasolina — Cilindrada (centímetros cúbicos) | Outros produtos — Cilindrada (centímetros cúbicos) | | | | |
| A | Até 1000 | Até 1500 | Até 100 | 2 070\$00 | 1 010\$00 | 460\$00 |
| B | Mais de 1000 até 1300 | Mais de 1500 até 2000 | Mais de 100 | 4 160\$00 | 2 010\$00 | 930\$00 |
| C | Mais de 1300 até 1750 | Mais de 2000 até 3000 | — | 6 780\$00 | 3 270\$00 | 1 390\$00 |
| D | Mais de 1750 até 2600 | Mais de 3000 | — | 17 200\$00 | 8 280\$00 | 3 020\$00 |
| E | Mais de 2600 até 3500 | — | — | 27 620\$00 | 13 170\$00 | 6 040\$00 |
| F | Mais de 3500 | — | — | 49 000\$00 | 22 590\$00 | 9 270\$00 |

VI Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra

(Continuação da pág. 4)

maiores dificuldades, pois é aí, naturalmente, que residem os maiores problemas, ficando em estudo a constituição de um «fundo» próprio para patrocinar algumas deslocações.

cretário de Estado, comandante Fernando Lima; pela parte da ADFa, os sócios Mário Dias, José Arruda e Eduardo Cascada e ainda Maria Natália Dias, a que se juntaram a dr.ª Eduarda Osório, pelo SNR e o corono-

internacionais sobre legislação relativa a antigos combatentes e vítimas de guerra, recomenda, aos países que o não fazem, que reconheçam como equivalente a acidente ou doença ocorridos durante o ser-

nómico e tendo presentes as recomendações adoptadas a este respeito pelas anteriores conferências internacionais sobre legislação relativa a antigos combatentes e vítimas de guerra, recomenda: que os países reco-

considerando que há certo número de militares deficientes que recebem pensões extremamente reduzidas; considerando que esses grandes deficientes têm de fazer face a encargos particulares resultantes da sua deficiência (medicação diária, assistência média permanente, dificuldade de acesso aos transportes colectivos e necessidade dos serviços de uma terceira pessoa); considerando que os militares deficientes devido à presença em territórios agitados por hostilidades não beneficia do mesmo tratamento que ao deficientes de guerra, considerando que a readaptação das pessoas deficientes e a sua inserção na sociedade supõem um processo contínuo, global e que respeite a dignidade do indivíduo; tendo

presentes as recomendações adoptadas a este respeito pelas anteriores conferências internacionais sobre legislação, relativa a antigos combatentes e vítimas de guerra, recomenda que os países que ainda o não fizeram reconheçam aos militares deficientes cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60 por cento em resultado de acidente ou doença ocorridos em territórios afectados por hostilidade, os mesmos direitos já concedidos aos militares que contraíram a sua deficiência durante o serviço activo.»



Aliás, podemos referir que a ADFa propôs uma sensível alteração à «Agenda» inicialmente apresentada, que foi aceite, onde se refere claramente a situação dos países em «vias de desenvolvimento» e 3.º Mundo.

Planeado todo um programa a cumprir ainda este ano pela Comissão e associações componentes, com especial destaque para a ADFa, como entidade organizadora, ficou desde já marcada nova reunião preparatória, também em Lisboa, em Janeiro de 1994.

A terminar, recordemos as 4 propostas levadas pela ADFa à V Conferência (Bad-Ischl/Áustria, ABR88), as quais foram aprovadas com ligeiras alterações, transformando-se então em «Recomendações». Ainda antes, porém e por curiosidade, eis a constituição da então delegação portuguesa: pela parte «oficial», Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Eugénio Ramos; Adido Militar de Portugal junto da Embaixada em Bona, capitão-demar-e-guerra Correia dos Santos, em representação do general CEMGFA; general Altino de Magalhães e ajudante de campo do Se-

nel Vilallobos Vieira, Vice-presidente para a Europa da Rehabilitation International/RI, e em sua representação.

Propostas Bad-Ischl

Doenças agravadas

«A V Conferência Internacional sobre Legislação, considerando os casos dos militares que, no exercício das suas funções, viram as suas lesões ou doenças agravar-se (e) não têm direito a qualquer indemnização, com excepção do serviço em campanha; considerando que essa situação afecta militares com 100 por cento de incapacidade que, por essa razão, não podem conseguir qualquer meio de subsistência; considerando que o Estado deve assumir para com os militares que sofreram agravamento de lesões ou doenças durante o cumprimento da sua missão patriótica, a obrigação de reparar todos os danos morais e físicos por eles sofridos; tendo presentes as recomendações adoptadas a este respeito pelas anteriores conferências

viço qualquer situação de lesão ou doença cujo agravamento tenha sido confirmada pelas instâncias competentes como ocorrida durante o serviço e imputável à sua execução.»

Revisão do grau de incapacidade

«A V Conferência Internacional sobre Legislação, considerando que, na maior parte dos casos, as defici-



ências se agravam com a idade; considerando que esse agravamento se repercute no plano social e eco-

FMAC

nheçam aos militares que se deficientaram durante o serviço militar activo o direito de solicitar, sem qualquer limite no tempo, a revisão do grau de incapacidade que lhes foi fixado.»

Extensão de direitos

«A V Conferência Internacional sobre Legislação,



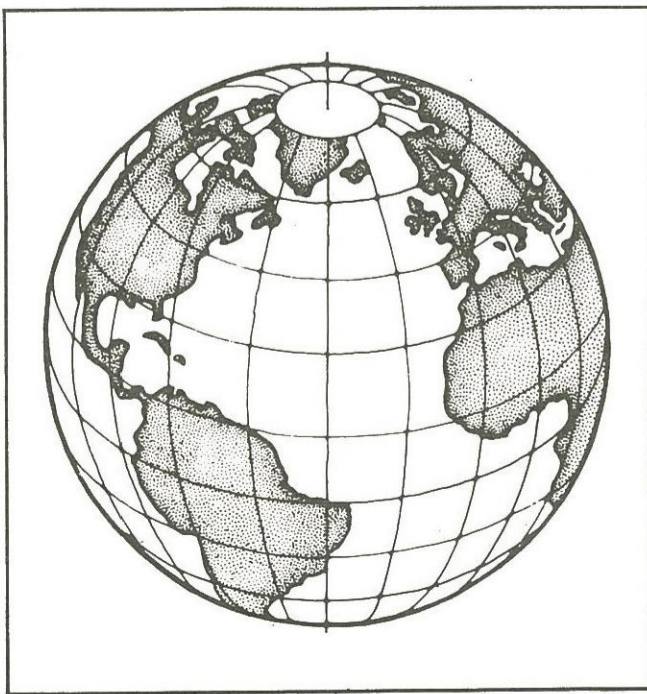
Indemnização

«A V Conferência Internacional sobre Legislação, considerando que as importâncias pagas, a título de pensão, aos militares que contraíram uma incapacidade durante o serviço militar activo deverão ser entendidas como compensação pelos danos morais e físicos sofridos; considerando que essas importâncias não podem e não devem ser entendidas como fontes de rendimento; tendo presentes as recomendações adoptadas a este respeito pelas anteriores conferências internacionais sobre legislação relativa a antigos combatentes e vítimas de guerra, recomenda: que os países onde tal ainda não sucede reconheçam que as importâncias pagas aos militares que se deficientaram durante o serviço militar activo têm o exclusivo carácter de indemnização pelos danos físicos.»

GRUPO DE TRABALHO SOBRE A ASSISTENCIA ÀS VITIMAS DE GUERRA

Face aos inúmeros apelos e convites que a FMAC tem recebido para formar ou integrar grupos de estudo e/ou observação em países ou regiões onde existem conflitos armados, assim como aos muitos pedidos de informação e apoio no que respeita à questão das novas vítimas de guerra, foi decidido pela sua Comissão Executiva criar um «grupo de trabalho» para analisar mais profundamente o tipo de intervenção que pode ser levada a cabo nesta área e sistematizar todo um programa de acção.

Nesse sentido, realizou-se em Lisboa, no dia 31 p.p., no seguimento da reunião preparatória da VI Conferência, a primeira sessão de trabalho daquele «grupo», o qual foi integrado pelas personalidades componentes daquela outra «Comissão», tendo sido feita uma cuidada reflexão sobre a enorme e sensível matéria em causa, ficando o Secretário-Geral encarregue de apresentar ao próximo Conselho Geral as perspectivas e objectivos concretos do Grupo, bem como de propor já algumas acções práticas.



CONSELHO DA EUROPA

Tendo-se realizado nos primeiros dias do mês de Fevereiro, em Strasbourg, a 4.ª ronda da 44.ª sessão ordinária da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, na qual foram incluídas algumas reuniões organizadas em intenção das ONG dotadas do estatuto de «consultor» junto daquele órgão europeu, entre as quais se destacou a sobre as questões dos direitos humanos, e sendo a FMAC uma das entidades com tal

qualidade, deslocaram-se àquele fórum o Secretário-Geral da Federação Mundial e o Presidente da Direcção Central da ADFa, na sua qualidade de Presidente da CPAE (Comissão Permanente dos Assuntos Europeus), acompanhado do 2.º Secretário da DC. Dado que o interesse deste assunto justifica um tratamento alargado da notícia, reservamos para o próximo ELO o respectivo artigo.

JORNAL ASSOCIATIVO

O empenhamento individual é sinal de vitalidade colectiva

Reunião de Órgãos Sociais Centrais

A fim de analisar o actual momento associativo, os Órgãos Sociais Centrais reuniram-se, na Sede, no passado dia 23, tendo na fase inicial do encontro, a Direcção Central prestado informações que originaram perguntas e troca de opiniões sobre, nomeadamente, o andamento da construção da nova Sede, a reavaliação legislativa e o funcionamento dos Serviços, assumindo-se como datas previsíveis para o próximo Conselho Nacional, o dia 6 de Março, e para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, 27 do mesmo mês.

Entrando-se em novo ponto de trabalho, e reportando-se à revisão estatutária, foi feita a análise da envolvimento dos associados de Lisboa nos encontros para o efeito convocados, os quais transmitiram o seu entendimento de que tal processo deve merecer um estudo mais aprofundado e participado que determine as grandes linhas de orienta-

ção para o futuro, perspectivando a ADFA, interna e externamente, como organização activa, interveniente, mobilizante e dinamizadora.

Fortemente debatido tal assunto, foi entendido que a MAGN, como Órgão condutor do processo de revisão, deve preparar um encontro com alargado número de associados, tendente a levantar toda uma série de diversificadas opiniões que então se achou ser de vital importância discutir, no sentido da consecução de um documento que seja mola que active discussão originadora de uns Estatutos que venham a servir a ADFA e os seus sócios, com toda a operacionalidade e eficácia, durante os anos vindouros.

Entretanto, e antecedendo esta reunião, realizou-se uma outra da Comissão de Relações Internacionais, para analisar e preparar o encontro a realizar em Lisboa, no fim do mês, da «Comissão Preparatória da VI Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra».

REUNIÕES DE SÓCIOS NA SEDE

Em continuação do debate sobre revisão estatutária já iniciada pelos sócios da área de Lisboa, e desta vez dirigida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, em reunião levada a efeito no dia 18 de Dezembro, embora com reduzida participação, os presentes entenderam que o processo em curso deveria abordar temas com maior profundidade para, em discussão ampla, se definirem, de forma firme e clara, quais os reais objectivos e as linhas de orientação futura que a ADFA deve prosseguir.

Quanto à reunião havida em 19 p.p., esta contando já com significativo número de associados, verificou-se animado debate em torno das questões em análise, em especial a revisão estatutária e a área da legislação, e nesta, uma particular incidência sobre o projecto do Estatuto do Deficiente Militar.

A Direcção Central, que orientou os trabalhos, prestou informação detalhada sobre a actual fase da construção da nova Sede, as propostas reivindicativas em termos de legislação apresentadas à Secretaria de Estado da Defesa Nacional (e sobre as quais ELO deu alargada notícia na sua última edição), tendo, seguidamente, sido explanada pelo coordenador da Comissão do estatuto do defi-

ciente Militar, ten. coronel Jorge Maurício, a filosofia e a forma de trabalho desenvolvidas em relação a tal documento, o que originou interessante discussão e opinião unânime de que é fundamental o aparecimento de um instrumento jurídico que compile, amplie e preserve toda a legislação publicada em Portugal sobre deficientes militares.

Outro ponto da Ordem de Trabalhos acaloradamente vivido foi, de novo, como se disse acima, o que tratou da revisão estatutária, reavivando o interesse de aprofundar e alargar da reflexão sobre a actual realidade da ADFA, as suas envolverias associativas, a nível interno e externo, e a forma da Associação se situar numa sociedade em mutação, sempre constituída em garante da coesão dos que a integram, adaptada à suas reais necessidades, adequando aos tempos que se aproximam a sua estratégia, e promovendo, sempre ao nível da dignidade, a autêntica integração na comunidade dos que se deficientaram, e se deficientam, na prestação do serviço militar.

A Direcção Central, ao encerrar os trabalhos, assumiu que tais posições, aliás já manifestadas em ocasiões anteriores, seriam transmitidas na reunião do Órgãos Sociais Centrais a ter lugar dias depois.

REUNIÃO DE SÓCIOS COM CALÇADO ORTOPÉDICO

Conforme indicação no último ELO, realizou-se, no passado dia 23, na Sede, uma reunião de associados utilizadores de calçado ortopédico, a qual, coordenada pelo responsável do Serviço de Apoio Psicossocial e Médico, major Silvério Rodrigues, teve a presença interessada e participativa de vários dos sócios que mais problemas têm sentido com algumas das dificuldades que ciclicamente se levantam nesta área de assistência aos deficientes militares, situação agravada pela incapacidade dos serviços hospitalares respectivos se substituírem às idas ao HM Hamburgo.

Apresentados a razão e o objectivo do encontro pelo coordenador, os presidente e vice-presidente da Direcção Central fizeram um historial de todo o processo, focando em particular o período decorrido desde que

se perspectivou o termo das deslocações à Alemanha, garantindo que a ADFA tudo continuará a fazer para a resolução deste problema.

Em resposta ao convite que lhe foi formulado, não quis deixar de estar presente o nosso amigo Pedro Macedo, que, pelo conhecimento que possui sobre Hamburgo e sobre todos os que por lá passam, poderá também contribuir para uma melhor clarificação desta e de outras situações.

Não se achando necessário estabelecer uma «ordem de trabalho», as trocas de informações e as opiniões expressas por todos os participantes levaram ao conhecimento dos seguintes factos e consequentes conclusões:

1 — O chefe do Serviço de Fisioterapia do HMP, dr. Cardeal, tem estado a encaminhar os nossos sócios, e outros deficientes militares,

para a clínica infantil de São João de Deus, em Montemor-o-Novo.

2 — Podendo esta solução resultar para alguns casos, haverá, no entanto, que criar condições para que o técnico do referido estabelecimento se desloque ao HMP sempre que necessário;

3 — Nos casos mais graves, é imprescindível a ida ao estrangeiro enquanto em Portugal não forem criadas as condições para solucionar os mesmos;

4 — O calçado feito por intermédio das casas ortopédicas, em Lisboa, não tem resultado, não se conseguindo, sistematicamente, utilizá-lo;

5 — Em caso de se continuar por optar pela ida a Montemor-o-Novo, deverão ser tomadas medidas para que as despesas de deslocação sejam devidamente pagas aos utentes, e não su-

portadas por estes, como tem acontecido até agora.

Foi decidido que todas as questões expostas fossem, oportunamente, transmitidas ao Director do HMP, ao mesmo tempo que o Serviço de Apoio Psicossocial e Médico avançou com a seguinte proposta:

«Entende este Serviço que a melhor solução para a questão em debate será o envio, à Alemanha (HM Hamburgo), de dois técnicos do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, para se especializarem no fabrico de calçado ortopédico, dado que também, deste modo, teriam os nossos associados, e outros utilizadores, grande parte dos seus problemas resolvidos, inclusive o do alojamento, com a utilização do Hospital Militar do Porto.»

Calendário associativo

1 13FEV — Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação em Évora, Setúbal e Viseu;

1 19FEV — Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Faro;

1 27FEV — Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Bragança;

1 2MAR — Reunião de sócios na Sede;

1 6MAR — Conselho Nacional, na Sede;
1 27MAR — Assembleia Geral Nacional Ordinária, na Sede;

1 14MAI — 19.º aniversário da ADFA;
1 29MAI — II Encontro Nacional de Núcleos, em Aveiras de Cima.

Núcleos Aveiras de Cima

Integrada nas festas da Freguesia, e profusamente divulgada na região, foi levada a efeito no dia 30 p.p., em organização do Núcleo de Aveiras de Cima e com apoio da respectiva Junta e da Câmara Municipal da Azambuja, uma prova de atletismo para crianças «sub 13», dividida em 3 escalões etários — 7 e 8 anos, 9 e 10, 11 a 13 —, a qual, decorrendo no centro da vila, teve o precioso auxílio tanto da GNR local, através da retenção e orientação do trânsito, como da Cruz Vermelha, que colocou em prevenção uma ambulância para qualquer eventualidade.

Medianamente participada, atendendo à muito baixa temperatura que se fazia sentir, a corrida teve como prémio lembranças da ADFA distribuídas a todos os

participantes, a quem foi, depois, servido um retemperador pequeno-almoço.

Por outro lado, já no dia 2 de Fevereiro, e integrando a «Presidência Aberta» no Distrito de Lisboa, o dr. Mário Soares, aquando da sua visita à zona ribatejana, deslocou-se a Aveiras de Cima, tendo aí, entre outros actos, prestado homenagem a Francisco Grandella, filantropo que mandou construir diversas escolas primárias no Concelho da Azambuja, salientando-se o facto de estar sediada na existente naquela vila, o respectivo Núcleo da ADFA.

Na oportunidade, por parte do 1.º Secretário da DC, do delegado, por Lisboa, ao Conselho Nacional, António Carreiro e de elementos da Comissão Insta-



ladora, foram apresentados cumprimentos e prestadas informações ao Presidente da República.

Curiosamente, os representantes da ADFA foram contactados pelo bisneto do homenageado, dr. Pedro Pessoa e Silva, o qual manifestou o seu agrado por saber que no espaço doado à comunidade pelo seu an-

tepassado, se encontrava instalada uma organização de solidariedade com as características da nossa organização, o que garante a preservação de um património que lhe é muito querido insistindo para que o Núcleo contacte a sua família para conhecimento e apoio possível às suas actividades.

Costa do Estoril

Encontro para jantar

Pois é!!!

É mesmo tempo de voltar a encontrarmo-nos nem que seja só para jantar.

Os encontros prometidos são realmente muitos e não há nada melhor do que um jantar para os satisfazer.

Esse jantar fica aqui e

agora marcado, o qual será entremeadado com uma boa «cavaqueira» de amigos.

Aponta já na tua agenda. **Dia 26 de Fevereiro, sexta-feira, às 20 h, no Restaurante O Areias, em Talaíde.**

Aparece mesmo!

O Núcleo precisa de ti! Os amigos... esses precisam ainda mais!



NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Já não se pode dizer nada a brincar que é-se logo levado a sério!

Vem este desabafo a propósito de, tendo-se escrito, por ironia, no último ELO, que quem não se quisesse habilitar a um Fiat Panda 1.0L devia esconder o jornal da mulher e dos filhos, ter sido isso mesmo que aconteceu, já que o montante geral dos donativos recebidos este mês baixou bastante em relação a Dezembro... De qualquer maneira, não é propriamente por «represália» que ainda não damos a conhecer, nesta edição, o Regulamento oficial do concurso, devendo-se tal atraso, e a respectiva definição de datas, ao facto de se estarem a utimar as condições do contrato de aquisição do carro, assim como o texto final daquelas normas.

Neste período, o facto mais saliente a assinalar, para além da destacada visita do Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, foi a deslocação às obras da nova Sede dos elementos que compõem a «Comissão Preparatória da VI Conferência Internacional sobre a Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra», a qual, como se noticia noutra espaço, se reuniu este mês em Lisboa.

Porque se aproxima a tão esperada hora de inauguração, cremos que é altura de a começar a enquadrar devidamente nas suas diversas vertentes, nomeadamente a histórica, a associativa, a humana, a social e a geográfica, entre outras. E que melhor maneira de o fazer do que ouvir o elemento da Direcção Central responsável, desde o início, pelo acompanhamento da obra? Af está, pois, a seguir à lista dos donativos, a primeira parte da entrevista do ELO a Artur Vilares, 2.º Secretário da DC.

Transporte (DEZ92)..... 11 343 473\$20

SÓCIOS

| N.º | NOME | QUANTIA |
|--------------------------|------------------------------|------------|
| (Sede) | | |
| 1 596 | Artur M. D. S. Facundo | 10 000\$00 |
| 4 403 | -X- | 10 000\$00 |
| 2 362 | José O. Querido..... | 10 000\$00 |
| 392 | João L. Teixeira | 10 000\$00 |
| 2 371 | Eduardo D. Henriques..... | 12 000\$00 |
| 9 405 | José G. Marques..... | 5 000\$00 |
| 7 506 | Carlos A. J. Abreu..... | 1 000\$00 |
| 12 215 | António R. Eloi | 5 000\$00 |
| 915 | António F. A. Rufino | 1 500\$00 |
| 11 768 | Manuel L. Almeida | 2 000\$00 |
| 10 742 | José Silva | 2 000\$00 |
| 12 463 | José J. F. Cabaço..... | 4 000\$00 |
| (Faro) | | |
| 12 110 | Mário P. Jerónimo..... | 5 000\$00 |
| 12 513 | Luís P. P. Quintela | 4 600\$00 |
| (V. N. Famalicão) | | |
| 3 549 | Manuel G. Costa | 5 000\$00 |
| (Viseu) | | |
| 2 992 | Joaquim N. Alves..... | 5 000\$00 |
| 1 403 | Albano F. Figueiredo | 2 000\$00 |
| 10 998 | Francisco V. Nogueira | 10 000\$00 |
| 9 654 | Serafim S. Dourado..... | 10 000\$00 |
| 2 754 | Hélder M. F. F. Cortez..... | 2 000\$00 |
| 11 284 | Ernesto D. Sousa..... | 5 000\$00 |
| 9 925 | Fernando S. Ferreira..... | 5 000\$00 |

A transportar (JAN93)..... 11 469 573\$20

Nota: Porque é verba angariada entre sócios para a nova Sede, embora com a finalidade primeira de ali ser colocada uma placa comemorativa da «1.ª visita das Delegações e Núcleos à nova Sede — 23NOV91» (por ocasião do 17.º aniversário do ELO, recorde-se), volta-se a referir a quantia de 71 000\$00, no almoço desse dia reunida, já que está na altura de dar concretização ao então assumido.



SECRETÁRIO DE ESTADO DO EQUIPAMENTO E TECNOLOGIAS DE DEFESA

Correspondendo ao convite que, tal como ELO anterior informou, lhe foi endereçado, visitou, na manhã do dia 4 de Fevereiro, as obras da nova Sede, o Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa, que se fez acompanhar dos seus Chefe de Gabinete, Constante Nunes, e Adjunto, dr. Adérito Pinto.

Recebido por toda a Direcção Central e represen-

so, e já no salão de reuniões, o Presidente da DC dirigiu algumas palavras ao dr. Eugénio Ramos, salientando o seu grande empenhamento pessoal da concretização da obra, desde mesmo quando ela ainda nem sequer passava dum sonho, passando pelo lançamento da 1.ª pedra e da garantia de apoio que se vem mantendo, ininterruptamente, desde a assinatura, pelos

expressamente ao governante a premente necessidade que os deficientes militares sentem da utilização daquela estrutura de reabilitação, tal como do Lar de Veteranos de Runa, os quais, adaptados e dimensionados às actuais e facilmente previsíveis futuras necessidades, podem criar condições para que, em Portugal, sejam tratados com dignidade e reconheci-

te, franco e com apresentação de projectos realistas e exequíveis, provindo a sua sensibilidade para a área dos antigos combatentes e deficientes, das deslocações que fez, na sua juventude, aos então territórios portugueses de África e que lhe deram, no terreno, conhecimento e contacto com a verdade da guerra.

Em relação ao Lar Militar e ao seu melhor aprovei-



tantes do Conselho Fiscal Central e do Conselho Nacional, pelo Presidente da Direcção da Delegação de Viseu, além de associados, responsáveis de Serviços d Sede e trabalhadores, o Secretário de estado percorreu demorada e detalhadamente todo o edifício, recebendo esclarecimentos quer de técnicos da empresa construtora quer do elemento da DC encarregado do acompanhamento da obra, bem como do próprio arquitecto Ferreira Gomes, tendo, em diversas ocasiões, manifestado satisfação pela forma como se encontra construído o imóvel, o visível avanço verificado desde a sua última visita e o exemplo que o mesmo constitui como modelo de acessibilidade e funcionalidade, o que, no seu entender, deveria ser devidamente divulgado.

Na parte final do percur-

Ministério da Defesa Nacional e Ministério do Emprego e da Segurança Social, do protocolo de financiamento.

Salientada também a sensibilidade do Secretário de estado para a área legislativa, talvez fruto da sua deslocação, em representação do Governo, à V Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de guerra, em Bad-Ischl, em 1988, o que terá ainda influído positivamente em todo o apoio que tem prestado às deslocações da ADFA a foruns internacionais, bem como às reuniões, tanto no âmbito da FMAC como da União, realizadas no nosso país.

Ainda que o sabendo conhecedor da realidade do Lar Militar, José Arruda não quis deixar de referir

mento os que em Serviço não enjeitaram o sacrifício de si mesmos.

Ao finalizar a sua intervenção, o Presidente da DC divulgou ao dr. Eugénio Ramos a intenção da ADFA em elaborar um projecto de instalação de uma oficina ortoprotésica que, com o apoio e a revitalização das estruturas do Lar Militar, poderá contribuir para ampla satisfação das necessidades nesta área, permitindo, em estreita colaboração com os hospitais militares, formas mais eficazes e económicas de um serviço que por lei compete ao Estado prestar.

O Secretário de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa em resposta, salientou a continuação da sua disponibilidade para acompanhar e apoiar todas as acções da ADFA, realçando o seu papel dialogan-

tamento, há já muito que entendia a necessidade de uma sua profunda reestruturação, pela qual passará sempre a participação da ADFA, não sendo por mero acaso que ela faz parte da respectiva Comissão Técnica, ainda por si nomeada.

Terminando a sua intervenção, e no referente à instalação de uma oficina ortoprotésica, entendeu como válida a prevenção da ADFA, concordando imediatamente com o avançar de tal projecto, até com carácter de urgência, prometendo o seu interesse pessoal e junto do Secretário de Estado da Defesa Nacional, para uma sua análise cuidadosa, tendente, e acreditando na sua viabilidade, à rápida concretização de tal estrutura, a qual se afigura realmente necessária para um correcto apoio aos deficientes militares.

ELO perguntou:

ELO: O Palácio da Independência serviu os interesses e a sediação da nossa Associação durante cerca de 19 anos. Toda a luta para mudança para um edifício que fosse, na realidade nossa pertença, iniciou-se em 79, tem novos desenvolvimentos a partir de 87, desencadeia-se todo o trabalho de construção de Outubro desse ano para diante e o Vilares aparece na Direcção Central em 89, portanto alheado, até ao, de todo o anterior processo, tendo, no entanto, sido na altura decidido atribuir-lhe a responsabilidade de gerir e acompanhar toda a obra. O que representou, nestas circunstâncias, para si, assumir tal incumbência?

Artur Vilares (AV): Como se pode adivinhar, a construção de uma Sede, ou outras instalações, é especialmente custosa para qualquer Direcção política de uma qualquer associação em qualquer parte, pela necessidade contínua de estar informada sobre a mesma e, paralelamente, mantendo um conhecimento muito profundo sobre as diversas fases, ter que ir junto dos poderes públicos e privados, permanentemente, buscar formas de financiamentos suficientes e em tempo. Quando peguei no projecto tinha uma pequena experiência, embora importante em termos pessoais, que foi o I Congresso Nacional sobre barreiras arquitectóni-

2.º Secretário da DC responde...

cas, que decorreu em Cascais, e onde tive oportunidade de ouvir várias pessoas ligadas quer ao Governo quer a autarquias e também ao sector privado. De qualquer maneira, foi um processo inicialmente mais difícil, porque tinha um enorme desconhecimento dos seus antecedentes, pese embora a forma aberta, franca e participativa como a Direcção anterior encarou a minha nomeação, o que permitiu obviar algumas dificuldades. facilitando-me ainda o que se seguiu, que foi a execução da obra. O que, diga-se, não considero ter sido uma tarefa excepcionalmente árdua, mau grado os obstáculos que tive-ram que ser vencidos... e fo-

ram-no com alguma destreza e o apoio, importantíssimo, sempre prestado pelos associados, porque foram eles que quiseram assim, quiseram erguer uma Sede nacional de raiz.

ELO: Duas, melhor, três vertentes ligadas directamente à obra, gostaríamos de analisar aqui. São elas, em primeiro lugar, a que diz respeito a todo o trabalho de sensibilização que, certamente, foi necessário fazer junto dos Poderes públicos, do Governo, do meio militar e do autárquico, de entidades privadas e ainda da opinião pública, para obter o financiamento da nova Sede; em segundo, como

(Continua na pág. 8)

NOVA SEDE

ELO
perguntou:

(Continuação da pág. 7)

foi o relacionamento entre a ADFA e a empresa directamente responsável pela construção, e em terceiro e último lugar, que envolvimento a este processo dearam os sócios.

AV: O facto da actual Direcção Central manter quase na totalidade os elementos que iniciaram este projecto, foi, só por si, um garante de estabilidade para que, face aos que participam no financiamento da obra, se criasse uma certa facilidade no mesmo financiamento, nomeadamente no que diz respeito ao Governo e à Câmara Municipal de Lisboa e mesmo no apoio concedido pelos Estados-Maiores.

Essa credibilidade, apontada no dia-a-dia, é total e dispensa qualquer outro comentário. E a melhor prova disso são as inúmeras manifestações por parte dos sócios, que todos os dias nos trazem uma mensagem de incentivo para uma continu-

ação de trabalho como se tem vindo a fazer até aqui.

As relações da ADFA com o empreiteiro foram sempre estáveis, com uma facilidade de comunicação diariamente visível, embora sempre relações de firmeza. E firmeza, porque a construção de uma obra como esta é muito séria, envolve algumas centenas de milhares de contos que são dos contribuintes, envolve uma conciliação, por vezes complicada, de todos os projectos de arquitectura e de engenharia, quer civil quer electromecânica, exigindo uma coordenação perfeita dos mesmos por forma a minorar as dificuldades e fazer avançar o processo de construção. Esse relacionamento tem-se mantido até hoje, e certamente se manterá até ao fim da obra, permitindo-nos acabar o edifício numa situação que julgamos actualmente não muito normal nas relações de trabalho, isto é, sem qualquer tipo de conflitualidade ou atrito.



O 2.º Secretário da DC, Artur Vilares, em primeiro plano, na nova Sede

Em relação ao envolvimento dos sócios, como já disse, ele é permanente desde a 1.ª hora, embora, com o andamento da construção, uma certa nostalgia do «Palácio» se possa sentir, o que é natural, porque tal Casa-Mãe, embora velhinha e com as conhecidas dificuldades de acessibilidade, irá sempre manter gratas recordações aos nossos associados mais antigos, pois foi aqui que viram nascer e crescer a ADFA, foi aqui que se viveram momentos de grande alegria, foi aqui que se debateram os grandes temas associativos nacionais. Mas os tempos mudam, veio uma nova maneira de ser, de estar, a cidade evoluiu, aumentou e extravasou, deixando toda a zona do Lumiar de ser área

de quintas agrícolas e de recreio para passar a integrar a grande urbe, apoiando agora os sócios a construção de uma nova, e realmente «nossa», Sede, porque têm a certeza que será um monumento vivo, um monumento que fará dizer a todos os que passarem junto, «ali está a Associação dos Deficientes das Forças Armadas». E isso, só por si, é já uma garantia do futuro dos nossos direitos e das nossas aspirações.

ELO: Há, em parte, e entre mesmo aqueles a quem nos dirigimos mais directamente, que são os sócios, uma certa reserva quanto à amplitude, ao tamanho do edifício, aos seus espaços. Parece-nos, melhor, temos a certeza que

haverá que desmistificar totalmente essa ideia, pelo que lhe pedimos que a analise, dizendo-nos se é mesmo megalómana ou se, pelo contrário, ocupa o espaço estritamente necessário e objectivo para a ele se ter acesso com toda a dignidade e a capacidade de nos sentirmos aí bem.

AV: Pode-se dizer, creio, que é um projecto bonito, talvez belo, com um desenho sóbrio e perfeitamente enquadrado na paisagem da zona, da autoria do arquitecto Ferreira Gomes, o qual soube transmitir ao seu traço todos os anseios que os sócios lhe demonstraram aquando da feitura e discussão do pré-projecto. O edifício está, naturalmente, limitado pelo terreno onde se

ergue, longo e estreito, daí dar, para quem o vê apenas pela parte frontal, uma noção de alguma volumetria e até exagero, o que não é verdade nem corresponde ao real, já que é uma construção longitudinal, no sentido Sul-Norte, tendo-se privilegiado grandes espaços de circulação interna, por forma a que as pessoas com mais dificuldades possam cruzar os seus corredores e dirigir-se aos diversos Serviços com a necessária facilidade, privilégio esse que se estenderá aos espaços verdes envolventes. De qualquer maneira não seria possível, mesmo que se tentasse alterar a parte arquitectónica, conceber um edifício muito diferente, em função do terreno.

Mas ele aí está, sem ter luxos, natural, normal, sem qualquer tipo de especialização, isto é, sem ter sido preciso integrar na construção especiais soluções técnicas para permitir uma acessibilidade a todos. O que se fez foi eliminar-se determinado tipo de barreiras arquitectónicas, o que os arquitectos podem, e deveriam, fazer em qualquer edifício. Penso que quando estiver totalmente pronto, os sócios que hoje dizem que ele terá volumetria exagerada, vão achá-lo até pequeno.

(continua)

COMPANHEIRAS & JUNIORES

Este mês apenas nos chegou um texto da nossa colaboradora Mira. E para melhor compreensão do que escreve, a informação, para quem não saiba, que a autora, para além de esposa de um sócio nosso, portanto deficiente militar, e um dos elementos do Departamento de Reabilitação, da Sede, que mais contacto tem quer com os associados quer com os formandos «deficientes civis», e também seus familiares.

E porque não queremos, nem devemos, deixar em «paz» os juniores, uma pequena informação dupla que é, também, um duplo desafio. Que sabemos vai ser correspondido!

DIFERENÇA: SERÁ TÃO IMPORTANTE?

Conviver com pessoas deficientes, é uma descoberta diária de capacidades que eu nunca pensei que pudessem existir.

Quando se fala de pessoas deficientes, normalmente a ideia que surge na cabeça do cidadão comum é de que, «coitadinho não teve sorte nenhuma», ou ainda, «que grande azar, está arrumado para o resto da vida»...

Até há bem pouco tempo, eu também me enquadrava no meio da enorme quantidade de pessoas que têm esta visão.

Actualmente não penso assim; tenho sido confrontada com toda uma série de atitudes e experiências de vida que me leva a pensar e rever todo um processo que me foi imposto pela sociedade.

Quanto ensinamento e amor à vida se consegue encontrar, a partir do momento em que deixamos de apreciar somente a beleza exterior!

Não é pela falta de um membro ou de certas capacidades, que deixamos de ser seres humanos, e não podemos sequer permitir que a sociedade julgue os indivíduos por este facto.

Todos deveriam ter oportunidades iguais, mediante as suas limitações, porque ser limitado não é sinónimo de incapacidade, isso comprovo eu todos os dias, lidando com pessoas limitadas fisicamente, mas tão ou mais completas que os ditos não deficientes.

Seria extremamente importante que o problema da deficiência pudesse ser encarado de forma natural,

pois só assim se abrirão portas tão hermeticamente fechadas devido à falta de informação e também à ignorância das pessoas.

Porquê separar os deficientes dos outros? Será que não teríamos algo de importante a aprender?!

Porque não começar pelas escolas, ou mesmo em casa pelos familiares, a ensinar a olhar os outros, que por um motivo ou outro são diferentes de nós, de uma maneira normal, a ver que essa diferença não tem tanta importância quando as pessoas conseguem dar maior relevo àquilo que eles têm e não àquilo que lhes falta.

Se a sociedade associa deficiência a imperfeição, então todos nós somos deficientes!...

Mira

Actividades da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo

Por sabermos que há, entre as famílias dos nossos associados, muitos apaixonados e praticantes de campismo, informamos os respectivos «juniores que a Direcção da Juventude e Desporto da FPCC apresentou já o seu calendário para 1993, ficando a aguardar candidaturas à participação/organização nas seguintes actividades:

- 3.ª aventura jovem (12 e 13 de Junho);
- 8.º encontro de jovens (26 e 27 de Junho);
- 8.º campijovem (03 e 04 de Julho);
- 9.º campijovem (11 e 12 de Setembro) e
- 4.ª aventura jovem (30 e 31 de Outubro, 1 de Novembro).

Porque te sabemos interessado e dinâmico, ficas avisado que o prazo para te inscreveres termina em 30 de Março. Mas não deixes para a última hora! Olha que te vais divertir!

NOTA: E já agora, sem nada a ter com este assunto, leva os teus pais a visitar a exposição «Reservas do Palácio Nacional da Pena». Garantimos-te que merece.. a Pena!



Correspondência

Este mês uma carta do nosso associado Filipe Tavares, para a qual chamamos a especial atenção dos nossos leitores, e que, pelo seu carácter, obriga a um particular comentário, dirigido não só ao seu autor como a todos nós, a cada um de nós:

Esta Associação foi criada há quase 19 anos dentro do espírito solidário que então nos uniu, para nos defendermos em conjunto e nos apoiarmos individualmente.

Temos aqui, e hoje, a chamada de um de nós que de todos nós necessita neste momento. Tanto quanto as letras dos que estão longe, ele necessita do apoio, porque não do carinho/«regação», dos que estão perto. E se somos solidários e compreensivos com a sociedade, porque o não seremos com aqueles que conosco amargaram a igualdade da deficiência, agravada com a solidão e o afastamento dos que lhe são queridos?

Não vale a pena dizer do apoio e do incentivo que o ELO deve dar a toda a movimentação, a que nos vemos obrigados como sócios desta Casa, em prol de uma vida mais feliz no que de infeliz tem a vida do Filipe.

FILIPE, ESTAS PÁGINAS SÃO TUAS! ESCRIVE SEMPRE.

Meus amigos deficientes, familiares e dependentes, tenho o corpo estragado da guerra, tenho família e uma consciência própria do que é a nossa sociedade.

Desde o primeiro dia da liberdade política que eu comecei a ajudar a nossa «força».

HISTÓRIA

Fiz um crime estou na cadeia

Eu era, e sou, um trabalhador. Sempre trabalhei em prol do meu semelhante. Andei em tudo o que era colectividade.

Mas!?! Há sempre um MAS, numa noite eu cheguei cheio de medo, perdido em meus fracassos, sem forças e desesperado perdi-me na dor que dança, e sem força de esperança, eu cometi um CRIME na pessoa de um colega.

Era noite em S. Roque da Lameira, quando eu fiz esta asneira e da qual me

ponho curvado, porque nessa noite fatal, a força da luz sorria e nas minhas pernas fervilhava o ardor que me prendia, e no escuro enluarado, tudo se começou a mover, havia gritos e, claro, só ele sem se mexer.

Eu não tenho palavras, nem sei como explicar, ao filho, ao Pai, à Mãe e aos familiares, nem coragem tenho para pedir perdão, deste acto impensado, da cobardia de sacar por uma arma para um homem do nosso tamanho. Não tem fundamento. É um acto de horror do qual eu só posso dizer que estou preso e bem PRESO.

Apanhei onze anos de prisão.

E depois de todo este sofrimento que carrego, dos remorsos, das noites que não durmo, e com a solução que não possuo, e por isso pouco posso eu pedir.

Mas..., mas eu preciso mesmo de um regaço, e a força que me dê um abraço,

eu preciso de vós, eu não quero mais solidão.

Dai-me Amor, dai-me uma flor, trazei para mim a vossa alegria, parece não ser nada, para mim é pão, dai-me pouco a pouco esta esperança, em vosso regaço volto a ser criança, que no entanto brota no meu peito uma réstia de confiança para apanhar o Mundo que eu deixei para trás e novamente habituar-me a coroar de flores a minha esposa e filhos que eu deixei com todo o sofrimento que pagaram culpas que não tinham.

Amigos, esta carta é a primeira que escrevo depois das dos familiares e aproveito para pedir perdão e repare-se sem ofensa porque em mim mergulham as feridas que nunca se vão curar, é que não há erva curativa que consiga estancar este sangue de arrependimento. E se lá em cima no Céu azul, alguém sabe quem nós somos, por favor meu Deus abençoe aquela família que ficou sem o seu ente querido, é que eu não tenho mais palavras e ainda posso mais ferir ou magoar.

Algures em Custóias está o recluso n.º 719, se quer ter uma palavra, venham daí umas letras, diga da sua justiça e então-estes anos que me faltam cumprir podem ser mais abafados de Amor e Carinho, a todos vós um abraço fraterno e a continuação de um Bom Ano.

Para todos os deficientes Um abraço do coração Deste vosso amigo Filipe da Conceição

Filipe da Conceição Tavares
Sócio n.º 971



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Este mês temos o prazer da colaboração de vários sócios, dois dos quais, Fernando Vigário e Jorge Lage, se debruçam, de forma crítica, sobre o artigo «Testemunho de um contribuinte», de Manuel Azevedo, publicado no ELO último, sendo curioso, por outro lado, que um anterior texto de Jorge Lage (ELO/NOV), é também merecedor da atenção do associado Albino Duarte, factos estes que, esperamos, sejam ponto de partida para uma maior utilização das páginas do nosso jornal como espaço de participado e profíquo debate sobre temas que, parece, afinal não estão assim tão afastados do nosso interesse e do nosso pensamento. Aliás, nesta mesma linha se insere mais um artigo do associado Mário Villa-Lobos sobre «as formas de tratamento dos deficientes».

«CONTESTAÇÃO DA MEDALHA DA ADFA»

Tendo lido o ELO do mês de Dezembro, toda uma contestação li e que se não me afigura tão deslustrante como aparece neste texto.

Com o devido respeito, e como associado, passo aos factos.

Portugal, por todos considerado um país altamente colonizador, não tem tido o mérito de ser reconhecido positivamente como outros povos colonizadores, independentemente do que fizeram. São respeitados!

Criámos cartas oceanográficas, os hemisférios oriental e ocidental são testemunhos que de facto não fossem marinheiros portugueses, embora colonizadores, hoje estaríamos talvez não lembrados por todo o Mundo, como somos reconhecidos, face ao mérito dos nossos marinheiros.

Fizemos uma guerra. Sim! E hoje passados 18 anos, face a etnias dos povos africanos e soberanos desde o ano de 1974, uma só voz se levanta: regressem os portugueses! Finalmente a voz da verdade. Somos um povo de que nos podemos orgulhar, independentemente de erros que todos cometem.

A medalha não serviu

como um preço a pagar por uma Sede, pois a mesma afirmação fere tanto como uma bala e, assim, estamos de facto em guerra. pois foi a determinação dos associados que a tal porto levou a nau, como os marinheiros, e não uma simples troca. Com o respeito faço de mim esta afirmação.

Fernando Vigário
Sócio n.º 12748

«CUMPRIMOS O MAR»

Não é nossa intenção entrarmos em polémica, que normalmente envereda por canelhas e córregos estéreis e em vez de se ganhar perde-se.

Queremos dizer que injustiças, atropelos, torturas e mortes existem desde o início do Mundo.

Qualquer grande civilização, nação ou grupo étnico, por mais glorioso que seja o seu passado, tem sempre o reverso da medalha.

Lançando um relance pela História Universal, apercebemo-nos de que no meio da refrega, a saga lusitana foi sempre de brandos costumes, relativamente às demais, não invalidando o reconhecimento dos excessos que por vezes se fizeram. Fomos dos primeiros a levantar a voz para que os índios no Novo Continente fossem tratados com humanidade. Fomos dos primeiros a abolir a peçonha do tráfico negreiro. Fomos dos primeiros a abolir a pena de morte. Não fomos os últimos «colonialistas», infelizmente ainda hoje os há, às claras ou de forma encapotada e muitas vezes sob a forma de mal menor.

Pensamos que qualquer facto histórico tem que ser julgado à luz do seu tempo.

Somos um povo que carrega a sua História, com os seus momentos de glória, de derrota, de humilhação, de sangue, de suor e de lágrimas. Mas um povo sem História é um povo sem futuro.

Cumprimos o Mar na Idade Moderna, salgado com a nossa História Trágico-Marítima, como o fizeram os fenícios, gregos e cartagineses na Antiguidade e os vikings na Idade Média.

Outros nos secundaram, tirando proveito; enquanto nós nos misturávamos com os indígenas, os outros sugavam-nos ou segregavam-nos, devido à cor da pele.

Demos a cara em prol da civilização cristã e ocidental, quer no combate à moirama peninsular, quer na luta contra os turcos no Índico, sendo para estes os portugueses conhecidos por «rumes», isto é, terríveis.

Também devemos recordar que as nossas posições foram quase sempre defensivas, ao contrário de outros que têm sido bem ofensivas.

Quer queiramos quer não, esta é a nossa «ditosa Pátria», que tem estado mais virada para o Terceiro Mundo, a ponto de sermos quase confundidos com ele, do que para o «Clube dos Ricos». Aliás a quem lhe repugne muito o passado da família lusitana, pode de livre vontade deixar o país e procurar outro mais consentâneo com as ideias que defende.

Quem foram os países que enriqueceram com os Descobrimientos? De certeza que não foram os «heróis do mar».

Fomos antes os «almocreves do mar», carregando além e vendendo acolá. Partimos em caravelas e regressámos em traineiras.

Hoje se não agarrarmos bem o nosso futuro, seremos colonizados pela Europa ou se preferem como uma «quinta» da Europa.

Entendamos o nosso passado como lição para o futuro.

Mais importante do que ter visões retrógradas é pensarmos no nosso futuro, enquanto DFAs e enquanto portugueses. Por vezes defendemos ideias tão desarticuladas e estereotipadas que acabam por dar uma má imagem da grande família que somos. A ADFA precisa de quem a critique e quem lhe aponte caminhos melhores, mas não precisa da crítica pela crítica, quando não, ao distrairmo-nos, ainda perdemos aquilo que nos custou a conquistar.

Jorge Lage
sócio n.º 4987

«MOVIMENTAÇÃO ASSOCIATIVA»

Li atentamente, como sempre de princípio ao fim, o número de Novembro do

nosso jornal; prestei, no entanto, um pouco mais de atenção ao artigo do associado Jorge Lage, de Braga, no qual tece considerações sobre a revisão estatutária sob o título «Mais democracia, mais responsabilidade». Tomo a liberdade de discordar do amigo Lage quando afirma «Dado o nulo contributo que temos dado à ADFA, quase...», só por modéstia aceito tal afirmação, pois quem escreve habitualmente para o nosso jornal não estará a dar um bom contributo, quando alerta algumas pessoas «adormecidas» e descansadas à sombra do esforço de outras, pessoas que só vêm a ADF como a tal «vaca leiteira» donde só têm a haver direitos e deveres nenhuns ou quase nenhuns?!

Mas há ainda quem pense que a ADFA é um organismo do Estado, o que é sintomático da forma de pensar de alguns, quando na verdade o art.º 2.º dos nossos Estatutos diz: «A ADFA é uma pessoa colectiva de Direito privado...», o que quer dizer, em bom português, que a ADFA é nossa, isto é, dos sócios, o que, na minha opinião, é bem pior, em comparação com o que atrás se descreve. A imagem da «vaca leiteira» — naturalmente com tetas —, está perfeita e tem muita força. É que os oportunistas espreitam por tudo quanto é lado e nas mais diversas circunstâncias. Que cada um consulte a sua consciência quanto aos seus deveres e diga de sua justiça; se porventura ainda nesta altura algum sócio quiser esclarecer-se quanto à natureza da nossa Associação, então o que deverá fazer é dirigir-se à sua Delegação e pedir que o esclareçam.

Também eu quero daqui saudar aqueles que ao longo de meses e meses, com algum sacrifício pessoal, familiar e profissional apresentaram obra feita e com qualidade: refiro-me, é claro, aos trabalhos relacionados com a revisão estatutária, conducentes à actualização da nossa «Constituição», os nossos Estatutos. Seria bom que a próxima Assembleia destinada à referida revisão fosse, antes de mais, um encontro de reflexão e não de confrontação, no pior sentido; antes uma autêntica festa onde os sócios colaborem

de forma aberta, responsável e até com uma pontinha de orgulho por uns Estatutos que todos, estou certo, vamos conseguir encontrar.

Outro momento alto da nossa vida colectiva, como Associação, será a inauguração da nova Sede nacional, em Lisboa, em 1993. Desde já, e daqui, alertamos as Direcções nacional e regionais para que unam esforços no sentido de facilitar a ida, nesse dia, ao maior número possível de sócios a esse acontecimento; desejaríamos que não fosse uma multidão de carneirinhos mansos, mas de cidadãos livres, responsáveis e conscientes do seu dever. Por aquilo que já me foi dado observar localmente, é um edifício correctamente planeado e pensado, tendo em atenção as pessoas que o vão utilizar. Este edifício, desde há muito sonhado por muitos sócios, além de ser a nossa Sede nacional, ficará para futuro como um símbolo querido deste país.

Nesse dia, que será certamente de festa para nós, gostaríamos de ver nesse acto solene algumas das mais altas individualidades portuguesas.

Oliveira Duarte
Sócio n.º 1383

«FORMAS DE TRATAMENTO DOS DEFICIENTES — II»

Definitivamente somos excomungados. Os deficientes são párias de uma sociedade pútrida e anómala que o Poder instituído legislativamente não respeita, não compreende, não aceita, aberrativamente violando e adulterando os direitos sociais e o direito internacional a que estamos obrigados.

Mas também existem ligações estranhas! Os outros Poderes da comunidade, que são na realidade os «mass media», isto é, a Comunicação Social, através de toda a força que os jornais, a televisão e a rádio voluntariamente transmitem, desinformam. Ao fim e ao cabo são falos de uma contracepção utroz que esvai de toda a nossa própria sensibilidade e concretamente a vontade de sermos, cada vez mais, nós próprios, criados, fortalecidos e

inseridos na sociedade do futuro.

Assim, revê-se esta política relativa aos deficientes como uma política anti-social, anti-comunitária e, fundamentalmente, silenciando as Carta dos Direitos Humanos e Carta Social Europeia, Alertou-se para a nossa situação, mas culminou com um déficit, transformado na quebra intensiva do nosso valor social.

De 25 de Abril de 1974 ao ano de 1980 houve um exorcismo institucional, que veio criar estruturas de reabilitação e integração social, mas que, até esta data, foram gradualmente destruídas, revivendo-se um triste regresso às nossas origens e raízes, e ao vazio legislativo existente no anterior regime.

Como na parte I deste artigo (DEZ92) foi referido, pretende-se historiar, compilando legislação e artigos literários e jornalísticos, trabalhando-os na informática e conjugando-os com os dados obtidos, e também tratados, sobre a FMAC (legislação estrangeira sobre deficientes e vítimas de guerra).

Com o final deste «grupo de trabalho», pretende-se apresentar as nossas conclusões e enviar sugestões a quem de direito.

Todo este trabalho exaustivo é apenas um vértice das fórmulas e fases que venham sugerir o futuro das várias dinâmicas da ADFA e das outras associações de deficientes.

Por isso, na minha opinião, o perímetro deste trabalho ambicioso congrega não só o que os deficientes querem ser, como irá ajudar à transformação das mentalidades, respeitando os princípios e fins da nossa plena integração na sociedade portuguesa.

Com este tema não se pretende, de modo algum, afectar a consciência nem a maneira de estar ou tornar mais pesado o fardo dos sócios. O que se solicita é que os associados esqueçam a ante-câmara da morte dos seus comodismos, estando unidos e implementando a sua vontade, através de um espaço aberto e de diálogo e que transmitam a diferença dos conhecimentos que estão ao seu alcance.

Mário Villa-Lobos
Sócio n.º 357

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93

SÓCIOS FALECIDOS

ILÍDIO DOS SANTOS, sócio n.º 10139, natural de Vila Boa, Concelho de Sabugal, residente em Odivelas, faleceu no passado dia 28 de Dezembro de 1992.

Deficiente com 36% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

Deixa viúva a Sra. Dona Maria de Fátima Gomes dos Santos e dois filhos.

ANTÓNIO DOS SANTOS SILVA, sócio n.º 545, natural de Chancelaria, Concelho de Alter do Chão, residente em Póvoa do Po-

ço, faleceu no passado dia 11 de Janeiro de 1993.

Deficiente com 30,3% de desvalorização, deixa viúva a Sra. Dona Elvira Pereira Magalhães.

ANTÓNIO CASTA-NHEIRA LOURENÇO, sócio n.º 9492, natural e residente em Correlos, Concelho de Carregal do Sal, faleceu no passado dia 4 de Setembro de 1992.

Deficiente com 30% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

Deixa viúva a Sra. Dona

Maria Adelaide Lopes Pereira e dois filhos.

JONAS ROSA E SILVA, sócio n.º 5961, natural de S. Estêvão de Geão e residente em Pedras Rubras/Maia, faleceu no passado dia 22 de Novembro de 1992.

Deficiente com 30% de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique, no accionamento de uma mina A/C.

Deixa viúva a Sra. Dona Isaura Vieira Gomes e três filhos já de maioridade.

DAVID COUTO DE OLIVEIRA, sócio n.º 12222, natural de Guetim, Concelho de Espinho, e residente em Odivelas, faleceu no passado dia 19 de Maio de 1992.

Deficiente das Forças Armadas, sofreu o seu acidente em Angola, tendo obtido baixa por incapacidade física.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

Viaturas RENAULT

EM VIGOR A PARTIR DE 93-01-15

| MODELO | PREÇO BASE | P.V.P. |
|--|---------------|---------------|
| 3 PORTAS | | |
| CLIO WIND | 1 140 621\$00 | 1 661 403\$00 |
| CLIO RN 1.2 | 1 298 245\$00 | 1 844 247\$00 |
| CLIO RT 1.2 | 1 448 452\$00 | 2 018 487\$00 |
| CLIO RT 1.4 | 1 528 601\$00 | 2 356 199\$00 |
| CLIO S 1.4 | 1 474 187\$00 | 2 293 079\$00 |
| CLIO BACCARA | 2 075 306\$00 | 2 990 377\$00 |
| 5 PORTAS | | |
| CLIO WIND | 1 202 173\$00 | 1 732 803\$00 |
| CLIO RN 1.2 | 1 360 632\$00 | 1 916 616\$00 |
| CLIO RT 1.2 | 1 509 702\$00 | 2 089 537\$00 |
| CLIO RT 1.4 | 1 588 946\$00 | 2 426 199\$00 |
| CLIO RT 1.9 DIESEL | 1 775 726\$00 | 3 718 788\$00 |
| CLIO BACCARA | 2 137 149\$00 | 3 062 115\$00 |
| RENAULT 19 TRICOR 4 PORTAS | | |
| R 19 RL 1.2 | 1 653 346\$00 | 2 261 645\$00 |
| R 19 RN 1.2 | 1 727 802\$00 | 2 348 014\$00 |
| R 19 RN 1.4 | 1 765 789\$00 | 2 636 818\$00 |
| R 19 RT 1.4 | 1 983 187\$00 | 2 889 000\$00 |
| R 19 RTi 1.4 | 2 132 218\$00 | 3 061 876\$00 |
| R 19 RT 1.9 DIESEL T | 2 120 972\$00 | 4 124 755\$00 |
| RENAULT 19 BICOR 5 PORTAS | | |
| R 19 RL 1.2 | 1 653 346\$00 | 2 261 645\$00 |
| R 19 RN 1.2 | 1 727 802\$00 | 2 348 014\$00 |
| R 19 RN 1.4 | 1 765 789\$00 | 2 636 818\$00 |
| R 19 RT 1.4 | 1 983 187\$00 | 2 889 000\$00 |
| R 19 RTi 1.4 | 2 132 218\$00 | 3 061 876\$00 |
| R 19 RT 1.9 DIESEL T | 2 120 972\$00 | 4 124 755\$00 |
| VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA | | |
| R 19 RN 1.4 | 1 928 989\$00 | 2 826 130\$00 |
| R 19 RT 1.4 | 2 146 387\$00 | 3 078 311\$00 |
| CLIO RT 1.4 5 P. | 1 813 667\$00 | 2 686 875\$00 |
| CLIO RT 1.4 3 P. | 1 753 322\$00 | 2 616 875\$00 |
| CLIO BACCARA 5 P. | 2 300 349\$00 | 3 251 426\$00 |
| CLIO BACCARA 3 P. | 2 238 506\$00 | 3 179 688\$00 |

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas, mas apenas as opacas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 22 452\$00 e os 32 219\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

SEDE: Dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51)

STAND: Telef. 859 00 58
Fax 859 16 90

Delegado de vendas: **Bernardes**



REBOQUES HELDER MARTINS

**SERVIÇO PERMANENTE
PARA TODO O PAÍS
E ESTRANGEIRO**

Telefones: 210 29 56 - 210 06 23
Telemóvel: 0676.34 21 85

COMPRA E VENDA

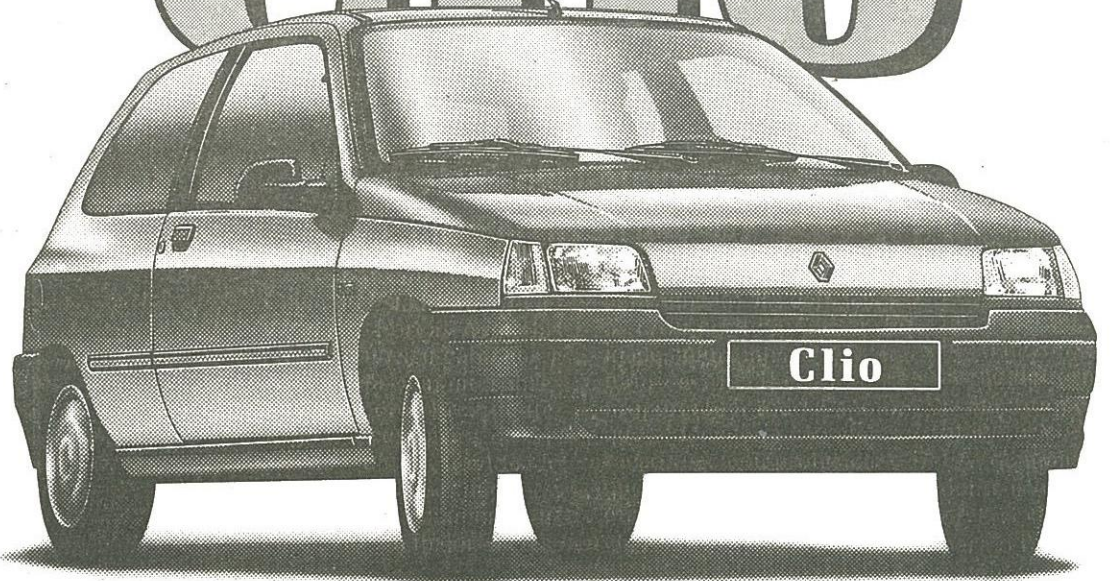
de carros sinistrados e peças usadas

Serviço permanente de reboques
Agregado ao Automóvel Clube
de Portugal
Central rádio

Parque estaleiro: Qt.ª Hélder Martins,
Estrada Nacional 10 — Coima
2830 BARREIRO



Clio



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58

1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14

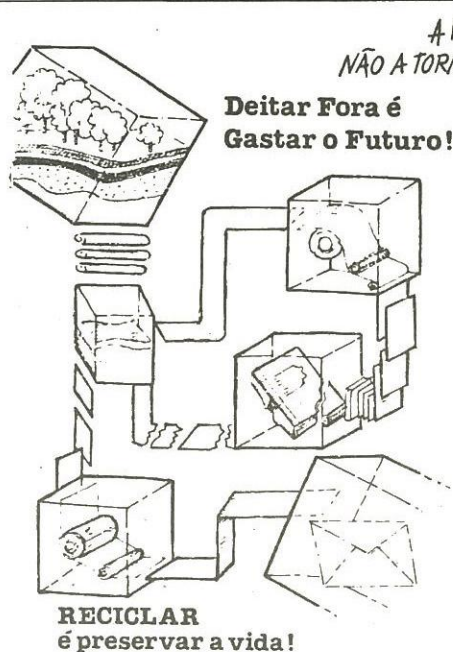
1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

O ambiente diz respeito a todos.

PARTICIPE!



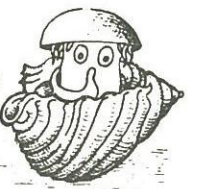
RECICLAR
é preservar a vida!

A PRAIA É UM SONHO
NÃO A TORNE UM PESADELO...

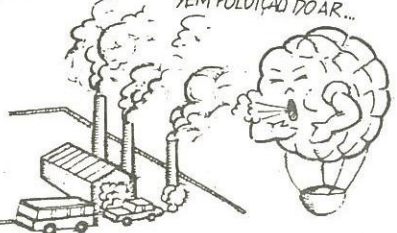
Deitar Fora é
Gastar o Futuro!



DIÇA NÃO
AO RUÍDO...



PARA UM AMANHÃ AZUL
SEM POLUIÇÃO DO AR...



O ambiente está nas suas mãos
Contribua para a mudança

mais puro
melhor futuro

INFORMÁTICA PARA CEGOS E AMBLÍOPES

Está a decorrer, na Sede, um primeiro curso de informática para cegos e amblíopes, sendo os seus formandos, por agora, apenas associados, entre eles alguns com responsabilidade em Órgãos Centrais e Departamentos da Sede.

Dado o interesse deste tema, e do aproveitamento que da informática podem tirar estes deficientes específicos — recorde-se Sá Flores, por exemplo —, ELO vai procurar, numa série de artigos de colaboração, tratar mais aprofundadamente o assunto.

E começa-se, precisamente, pela colaboração do sócio António Neves, responsável pelo curso.



Olá! Programa HAL instalado.

Esta é a mensagem que nos chega, anunciada pelo altifalante do APOLLO, depois de validarmos na linha de comando do DOS a palavra HAL.

Tal como Ali Babá o tazia dizendo «abre-te sésamo», também hoje em dia, os cegos, utilizadores de computadores, possuem uma palavra-chave que lhes abre uma janela panorâmica para o mundo da escrita e

da informação computadorizadas. Falamos do sintetizador de voz APOLLO e do programa HAL, desenvolvidos pela Dolphin Systems for the disabled Ltd. e com os quais tivemos o nosso primeiro contacto em 1989 durante uma estadia no Hospital Militar de Hamburgo. Durante uma visita feita a uma exposição permanente de equipamento e ajudas técnicas para cegos, tivemos oportunidade de conhecer três sistemas co-

mercializados, que recorram à sintetização e tratamento da voz para fins de utilização de meios informáticos. Destes, o APOLLO foi sem dúvida o que mereceu as nossas preferências e muito nos regozijamos quando uns meses mais tarde soubemos da sua comercialização em Portugal, através da APEDV.

Bom, mas o que são e como funcionam o APOLLO e o HAL?

A grande dificuldade com que se depara um cego, operador de computador, é exactamente o conseguir ler o «output» apresentado no ecrã e ter a noção correcta do «input» introduzido através do teclado. Da mesma maneira que qualquer bom dactilógrafo, também aquele utilizador não precisa de «olhar» para as teclas que bate, mas, tem absoluta necessidade de confirmar a digitação feita e ler o resultado apresentado ou devolvido pelo computador, no monitor.

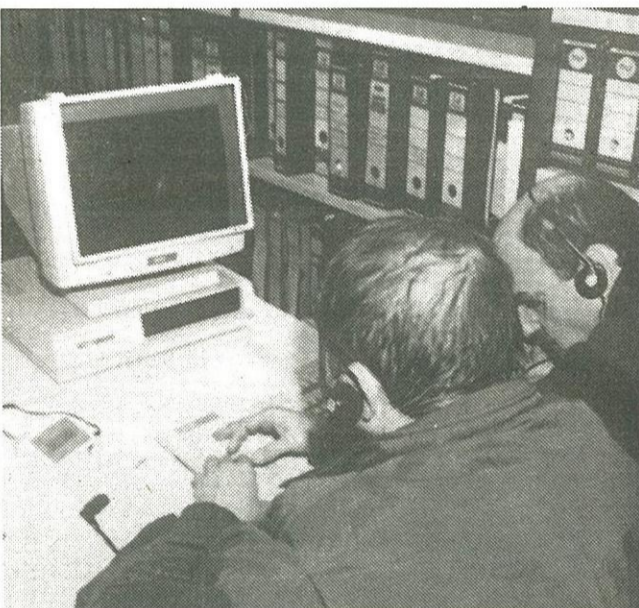
O HAL é o programa que ficando residente na RAM depois de carregado, permite fazer a exploração total do ecrã convertendo todos os caracteres encon-

trados em sinais, que depois de enviados ao sintetizador de voz APOLLO, são decodificados e chegam até nós através do altifalante. O APOLLO possui uma ou mais ROM's que contém os parâmetros fonéticos e linguísticos do idioma que se pretende seja falado.

A facilidade de utilização e as suas enormes potencialidades fazem deste equipamento uma ferramenta indispensável para todos aqueles que, no trabalho ou no lazer, pretendem acompanhar a veloz caminhada no mundo da informática, e que, independentemente da sua condição de cegos, lutam por um cada vez maior grau de independência e valorização.

Sobre o HAL e o APOLLO, sobre a sua aplicação prática e versatilidade e acima de tudo sobre a interessante experiência que tem sido, com o recurso a estes meios, ministrar um Curso de Iniciação à Informática a uma turma de oito alunos cegos, a decorrer nas instalações da nossa Sede, voltaremos a falar numa próxima oportunidade.

António Neves
Sócio 3098



CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

- Informações
- Inscrições para a formação profissional dr.ª Manuela Bessa
- Consultas de Fisiatria
- Consultas de Psiquiatria D. Helena Soeiro

Av. João Paulo II — Arcozelo Telef: 762 91 15 / 762 98 15/76 98 40
- 4405 Valadares/Gaia Fax: 7629065

Transportes Delegação do Porto — Centro

| ADFA | Centro | ADFA |
|-------|--------|-------|
| 9.30 | 12.30 | 13.00 |
| 14.00 | 17.00 | 17.30 |

Dias de consulta no HMR 1:
- Ligação ADFA/Porto-HMR1-Centro-ADFA/Porto

AUTOMÓVEIS FIAT

| MOD. | P.BASE | P.V.P. |
|-----------------------|---------------|---------------|
| UNO 45 3P | 996 768\$00 | 1 375 504\$00 |
| UNO 45 5P | 1 159 699\$00 | 1 564 504\$00 |
| UNO 60 3P | 1 117 554\$00 | 1 577 504\$00 |
| UNO 60 5P | 1 183 071\$00 | 1 653 504\$00 |
| UNO Diesel 3P | 1 302 833\$00 | 1 941 504\$00 |
| UNO Diesel 5P | 1 434 729\$00 | 2 094 504\$00 |
| TIPO 1.400 S | 1 460 101\$00 | 2 218 649\$00 |
| TIPO 1.700 D | 1 606 044\$00 | 2 938 504\$00 |
| TEMPRA 1.4 SX | 1 747 605\$00 | 2 552 154\$00 |
| TEMPRA 1.4 (CARRINHA) | 1 783 212\$00 | 2 593 504\$00 |

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

| MOD. | P.BASE | P.V.P. |
|----------------------|---------------|---------------|
| GOLF CL 1.4 - 2P | 1 582 674\$00 | 2 398 500\$00 |
| GOLF CL 1.4 - 4P | 1 623 121\$00 | 2 445 418\$00 |
| GOLF GL 1.4 - 2P | 1 865 236\$00 | 2 726 271\$00 |
| GOLF GL 1.4 - 4P | 1 904 282\$00 | 2 771 565\$00 |
| VENTO CL 1.4 | 1 778 845\$00 | 2 626 058\$00 |
| VENTO GL 1.4 | 2 078 622\$00 | 2 967 999\$00 |
| PASSAT TD ARRIVA | 2 842 031\$00 | 4 192 087\$00 |
| PASSAT GL TD | 3 384 016\$00 | 4 820 789\$00 |
| PASSAT VAR TD ARRIVA | 3 018 572\$00 | 4 396 874\$00 |
| PASSAT VAR GL TD | 3 499 242\$00 | 4 931 252\$00 |

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.
Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.
Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ADFA — Delegação do Porto

Apoio aos sócios

- Compra de viaturas de qualquer marca
- Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associados um serviço que os apoiará na compra de viatura própria, o qual se encontra à disposição de todos, independentemente de estarem, ou não, abrangidos por legislação específica de isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas, devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação (sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82 04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo Meireles, que atende nos primeiros sábados de cada mês, ou pelos telefones 02/82 04 03 e 02/995 58 60,

| SEDE | |
|---|---|
| ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL | CONTENCIOSO |
| CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 h. | ADVOGADO dr. António Carreiro — 3.ªs e 5.ªs-feiras a partir das 14.00 h. (Marcação prévia por telefone 01/3462167/8 ou pessoalmente) |
| PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 h. | Outros Serviços |
| PSICOLOGIA CLÍNICA E ORIENTAÇÃO VOCACIONAIS dr.ª Fátima Cruz Segundas e Quartas-feiras, 14/18 h. | SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00 |
| | BAR E CANTINA Segundas a sextas-feiras 10H00/14H00 15H30/18H00 |
| | SECÇÃO FOTOGRÁFICA: Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção) |

■ As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede
■ As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, Fátima, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 3462167/8.
■ As consultas de psicologia e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 01/3426247.

Quotas: adere ao novo sistema!

Restrospectiva ADFA/1992



ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

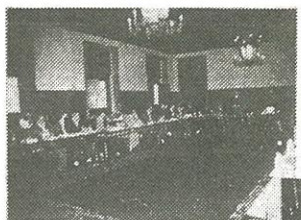


General Soares Cameiro - CEMGFA - recebe ADFA

VIDA ASSOCIATIVA: Decorrerão em Fevereiro as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegações para aprovação dos respectivos Relatórios e Contas

A arte tem, na ADFA, espaço e expressão de solidariedade

A ti, povo mártir de TIMOR o nosso desejo fraterno do total encontro com a liberdade



Conselho Nacional aprovou o respectivo Relatório de Actividades (1991) assim como o Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Central (1992)

ADFA em discussão sobre assistência médica e ajudas técnicas, tal como sobre "casos" de legislação

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATORIA

COMPARECE! O empenhamento individual é sinal de vitalidade colectiva

A ti, povo de TIMOR a quem a distância foi dada como desculpa para o abandono a que foste votado, a nossa ABRAÇO



Assembleia Geral Nacional Ordinária 28MAR92

VIDA ASSOCIATIVA: I Encontro Nacional de Núcleos Alcobaca, 11 ABRIL - descentralizar a participação associativa é contribuir para a resolução dos nossos problemas

A ÁFRICA E A GUERRA COLONIAL EM EXPOSIÇÃO DA PINTORA HELENA JUSTINO

A ti, povo mártir de TIMOR o abraço de maior aproximação daqueles que há muito vem denunciando a tua dor



I Encontro Nacional de Núcleos

14 de Maio - 18.º aniversário da ADFA. Estar presente é dar força à nossa Associação

Actividades internacionais no âmbito da CPAE/FMAC

A ti, povo mártir de TIMOR o desejo de que a tua vontade seja determinante na definição de teu futuro



14MAI92 - 18.º Aniversário da ADFA

Uma política de reabilitação tem que ir beber às fontes. E quem sabe de reabilitação são os deficientes e os seus familiares.

General Loureiro dos Santos, CEME, reitera apoio da Instituição Militar ao trabalho desenvolvido pela ADFA

A ti, povo irmão de TIMOR 74-92, 48 anos em que não te esqueçamos

VIDA ASSOCIATIVA - JUNHO

dia 14: Reunión preparatória em Aveiras de Cima assenta alicerces para a criação do Núcleo dos Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo

A ti, povo de TIMOR! SEMPRES!



Extensivo aos 70% de incapacidade o conceito de "Grande Deficiente das Forças Armadas" - GDFA

NOVA SEDE em fase de acabamento, reforça-se a dinâmica da campanha de angariação de fundos

18 de Julho de 1992 Na criação do Núcleo de Aveiras de Cima a certeza da vontade de participar

Actividade internacional - FMAC - após presença na Checoslováquia, ADFA participa agora em reuniões na Polónia

A ti, povo mártir de TIMOR! SEMPRES!

VIDA ASSOCIATIVA

REVISÃO ESTATUTÁRIA - Comissão reúne e ultima documento conjunto sobre as propostas remetidas à MAGN

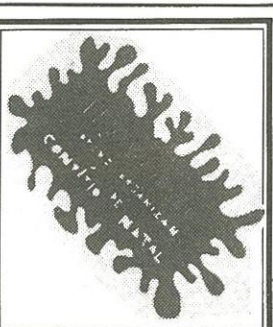
PAGA AS TUAS QUOTAS

Núcleo de Aveiras de Cima - Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo

Legislação: Publicada Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação

Secretário Geral da FMAC em Lisboa para preparação da VI Conferência Internacional sobre Legislação

Ago/Set: TIMOR! SEMPRES!



Revisão Estatutária: Concluída e apresentada pela Comissão a compilação das propostas entregues à Mesa da Assembleia Geral Nacional

ÚLTIMA HORA: No momento em que se ouvem de novo os tiros dos canhões...

Na natural e responsável alegria do nosso 18º aniversário

não nos queremos esquecer dos nossos irmãos de Angola e Moçambique e de todos quantos continuam vítimas da guerra, da fome, da ignorância, da intolerância e de todas as formas de violência, em especial as crianças.



Novembro: TIMOR! SEMPRES!



Secretário de Estado da Defesa Nacional garante continuação de disponibilidade governamental no apoio à ADFA

1993 VIDA ASSOCIATIVA UM ANO DE MUDANÇA

Sede e Delegações envolvem sócios e familiares em convívios de Natal

LEGISLAÇÃO - ADFA apresenta e reformula propostas legislativas sobre reconhecimento dos grandes deficientes militares